



**ATA N.º 14/XII-1º/2017-18**

**1** - Aos 28 dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações da Escola Secundária de Emídio Navarro em Almada, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2018 da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1- Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal de Almada no Conselho Municipal de Segurança;

3.2 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Almada relativas ao ano de 2017;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal para nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município, para o período de 2017 a 2021.

**2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

**2.1** – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para saudar a Escola Emídio Navarro: “Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Assinalar o agrado que todos temos em estarmos nestas instalações, de uma das escolas paradigmáticas do nosso Concelho, a Escola Secundária Emídio Navarro, antiga escola industrial. Fomos muito bem acolhidos pela direção da escola quando os contactamos no sentido de nos ceder estas magnificas instalações, e queria começar por vos confidenciar a todos, que temos o propósito de, de vez enquanto passar por aqui, visto que é uma instalação adequada, no centro de Almada, e, portanto, temos na noite de hoje e de amanhã, condições boas de trabalho, melhor do que aconteceu em muitas outras ocasiões.”



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**3** - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais e foi verificado o quórum.

**3.1** – Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissolle Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

**4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1** – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para informar da ausência da Senhora Presidente da Câmara:

“Senhor Vice-presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Cabe-me informar que a Senhora Presidente da Câmara não está presente na nossa reunião de hoje, nem estará presente na nossa reunião de amanhã. Ela está ausente por motivo relevante, deslocou-se à Correia do Sul, numa iniciativa de promoção da zona da Margueira. Portanto, é importante conseguir as melhores condições em termos financeiros para que possa ser encontrado rapidamente um futuro adequado para aquele importante segmento do nosso Concelho. Não estando presente, nos termos da Lei, é substituída pelo Senhor Vice-presidente João Couvaneiro. E hoje a representação da Câmara está substancialmente diferente, perdoem-me só esta observação um bocadinho brejeira, passamos de uma bancada que tinha um homem e três mulheres, para uma bancada apenas de homens do PS na Câmara, o que é de facto extraordinário. (Eu referi do PS, aliás poderão verificar que eu não me esqueci disso; na gravação depois poderão observar).”

**4.2** – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações do Senhor Deputado Municipal Manuel Batista (PS) solicitando a substituição no dia 28 de junho, da Senhora Deputada Municipal Vanda Lima e Silva (PS) solicitando a substituição no dia 28 de junho, do Senhor Deputado Municipal Bruno Dias (CDU) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho, da Senhora Deputada Municipal Elisabete Pereira (CDU) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho, do Senhor Deputado Municipal Daniel Sobral



solicitando a substituição no dia 28 de junho, da Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho e do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE) solicitando a substituição nos dias 28 e 29 de junho e da Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Correia Bom (BE) solicitando a substituição no dia 28 de junho.

**4.3-** Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse Débora Rodrigues (PS); Luísa Galvão (PS), por impedimento do candidato Sérgio Bastos; Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento do candidato José Gabriel Guiomar Joaquim; António José Olaio Martins (CDU) por impedimento dos candidatos Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) por impedimento da candidata Sónia Raquel Mota Faria; Pedro Miguel Celestino Pereira, por impedimento da candidata Fátima Maria da Silva Nogueira Marras (BE); e Pedro Nuno Lopes dos Reis.

**4.4 -** A Senhora Presidente da União de Freguesias de Caparica e Trafaria comunicou a impossibilidade de estar presente nas reuniões dos dias 28 e 29 de junho, sendo substituída pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

**4.5 -** Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se que o Senhor Deputado Municipal Daniel Sobral solicitou a substituição, mas não foi substituído.

**4.6-** O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Rui César da Silva Carvalheira em substituição da Senhora Vereadora Francisca Parreira por motivo de doença, do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pardal Pacheco em substituição da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira por motivo de férias, da Senhora Vereadora Lina Cristina de Matos Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias, por motivos profissionais, do Senhor Vereador Tiago David Costa Galveias em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal por motivos profissionais e familiar.

**4.7-** Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

**4.7.1.** O Requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) e enviado para a Câmara Municipal de Almada a 31 de janeiro, sobre listagem do amianto em edifícios, instalações e equipamentos municipais, foi respondido em 20 de junho;

**4.7.2-** O Requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) e enviado para a Câmara Municipal de Almada a 31 de janeiro, sobre cópias de todos os protocolos existentes e em vigor com todas as entidades públicas e privadas, foi respondido em 18 de junho.



## **MUNICIPIO DE ALMADA** **Assembleia Municipal**

**4.8** - Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

**4.9** – Finalmente o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas n.ºs 10/XII-1.º/2017-18, 11/XII-1.º/2017-18, 12/XII-1.º/2017-18, 13/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal.

**4.9.1-** Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 10/XII-1.º/2017-18, 11/XII-1.º/2017-18, 12/XII-1.º/2017-18, 13/XII-1.º/2017-18 e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Munícipes:

“Senhor Vice-presidente da Câmara, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Munícipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em streaming. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em streaming da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os Senhores/as munícipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência da questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os munícipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

**5.2** - Usaram da palavra os Senhores Munícipes José Daniel Pimenta Coutinho, Alexandra Gonzalez Leal, Rui Manuel Mesquita Mendes e Eurico Marques.

**5.2.1** – O Senhor Munícipe José Daniel Pimenta Coutinho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Juventude Popular de Almada apresentou no dia 7 de maio uma proposta de revisão do horário das bibliotecas almadenses a qual foi acusada a sua receção.



Pelo nosso assumido compromisso com os jovens Almadenses e com Almada, pela notória utilização das bibliotecas por parte dos nossos jovens e pela importância da cultura bibliotecária, partiu para o gabinete da presidência uma proposta que visa o alargamento dos horários das bibliotecas de Almada.

É notória a utilização das bibliotecas por parte dos nossos jovens, bem como o desejo deles em permanecer neste espaço público para além das 18h.

A geração atual é considerada a melhor preparada e é certamente aquela que dará continuidade a Almada, em todos os campos. É então condenável que as portas do espaço público de estudo estejam fechadas por horários que não servem a comunidade estudantil e que, por isso, consideramos desajustados.

Esta Proposta contém pontos de grande valor para os jovens almadenses, e visa também o aumento da cultura, conhecimento, estudo, convivência e lazer entre os utilizadores.

Com esta proposta ganham os jovens almadenses e ganha Almada. Acreditamos que com esta proposta existirão incrementos progressivos a nível de cultura, participação e envolvimento cívica.

A Juventude Popular de Almada vem, em sede de Assembleia Municipal, apelar à avaliação desta proposta, que, certamente, trará bons frutos para o futuro bem como para os nossos munícipes, bem como para a afirmação de Almada no espetro juvenil.

Também pelo nosso assumido compromisso com Almada, tivemos a honra de participar no âmbito do programa "Semana Verde", em duas atividades de remoção de espécies invasoras e limpeza das matas, nos dias 1 e 9 de junho.

Participámos nestas atividades com vista à promoção e qualificação do espaço público natural de Almada, e foram evidentes algumas carências. Foi evidente a grande falta de voluntariado, nomeadamente jovem, bem como a falta de reconhecimento e de promoção destas atividades, tão importantes para o nosso Concelho.

De salientar que encontramos na mata das dunas da Trafaria um cenário que não orgulha nenhum almadense. Uma mata ao abandono, transformada numa lixeira por aqueles que por ali passam, existindo, até, casos de risco de saúde pública.

A Juventude Popular de Almada quer apelar à valorização do espaço verde de Almada, bem como à participação e promoção das atividades que visam a conservação do nosso espaço público, como foi o programa da "Semana Verde".

Honra à Juventude Popular de Almada saber que fez parte desta pequena intervenção, mas que certamente trará frutos no futuro.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por fim, e com a chegada do verão, é notória a vinda de turistas para a nossa cidade. No entanto, e pelo nosso orgulho Almadense, queremos que Almada se apresente na sua melhor forma, livre daquilo que retira a beleza natural e histórica de Almada.

Com isto queremos, naturalmente, sinalizar o contínuo estado de degradação do centro histórico de Almada, com edifícios abandonados em contínuo estado de decomposição, com monumentos e peças históricas a servir de tela para hábeis mestres da pintura, que não permitem que os turistas apreciem cada metro quadrado que tem tanto para oferecer.

No seguimento desta exposição, podemos adiantar que faz parte dos nossos planos uma atividade de remoção de graffitis das áreas históricas de Almada, a qual queremos contar certamente com a colaboração da Câmara Municipal, como ocorreu no passado com o projeto “Semana Verde.

Muito Obrigado”

**5.2.2 – A Senhora Múncipe Alexandra Gonzalez Leal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados Municipais;

Sou Presidente e Coordenadora da Associação Cova do Mar, e o tema que trazemos aqui, não é diferente dos outros, é sobre o Bairro do 2º Torrão e da Cova do Vapor.

Antes de trazer os quatro pontos, que queremos pedir a vossa ajuda, e a vossa atenção, e resposta sobre se já estão a trabalhar sobre isso ou não, sinto-me na obrigação de reconhecer a ajuda, que alguns Vereadores nos têm dado, nomeadamente com a questão do contrato da EDP, da Fábrica dos Sonhos. Por isso é o meu obrigada público, já vos tínhamos agradecido a título pessoal, desde a Joana Mortágua ao João, à Teodolinda, à Inês, e à Francisca e o Miguel que também nos esteve já ajudar noutras alturas, e queríamos reconhecer isso.

Primeiro assunto que nos traz aqui é a questão da ciclovia. Com a ajuda da *Cicloficina* de Almada, a Fábrica dos Sonhos conseguiu dar mais de vinte bicicletas às crianças do 2º Torrão. Está a ser uma loucura, porque elas estão a conseguir quebrar horizontes, vão sair do bairro, vão fazer exercício físico, já aprenderam o que é estar numa ciclovia, mas infelizmente, essa ciclovia não vai do bairro até à Cova do Vapor. A Cova do Vapor é o segundo porto de abrigo delas, porque tem um campo de acesso a jogos e não há qualquer segurança na travessia da estrada. Por várias vezes que eu saio da Fábrica, elas já estão a passear, e eu tenho que parar no caminho e dizer: “vocês não podem circular assim”. Portanto, nesse aspeto, venho pedir a vossa ajuda, sobre se está a ser planeado alguma via de circulação segura.

Segundo ponto. Também sempre ligado às crianças. Muitas das crianças do 2º Torrão, veem no futebol uma forma de sonharem, e de verem as suas expectativas de crescerem e de ter uma vida diferente. Há



um campo de futebol, onde elas têm os treinos, que é à entrada do Parque de São João de Caparica. O problema aqui, é que, essa rua que vai do estacionamento de São João até à entrada da Cova do Vapor, não tem eletricidade pública. É zero. O que significa que elas saem dos treinos, a pé, às escuras, pela berma até ao Torrão. E é aí que eu peço a vossa ajuda outra vez. Essa estrada, essa via pública, que vai do estacionamento de São João até à mini rotunda da Cova do Vapor, não tem qualquer eletricidade. E isso é válido para as crianças que vão sozinhas com o seu equipamento a pé, além da estrada não ter passeios, elas vão a pé nisso, da mesma forma que temos famílias a virem da Cova do Vapor até ao 2º Torrão, no meio da estrada com carrinhos de bebés. Era essa a mensagem que eu queria pedir a vossa atenção.

O terceiro ponto, não é um ponto novo, é um ponto para o qual já chamamos atenção, e pedimos ajuda, desde junho do ano passado; portanto faz agora um ano. E tem a ver com as pragas de ratos e ratazanas, de pulgas e carraças que existem no Bairro do 2ª Torrão. Eu lembro, que o Bairro do 2º Torrão é uma favela que tem cerca de três mil pessoas, à volta de quinhentos fogos, não existe saneamento básico, não existe eletricidade legal, a água dos SMAS é recente, foi só no ano passado, e existe uma vala para onde são escoados os resíduos domésticos para a praia. Não é um assunto novo que nós trazemos, e agora que vem o calor, é preciso lembrar que o Torrão precisa de ajuda, não é só no inverno. No inverno a questão é da eletricidade, no verão é preciso tomar em atenção dois pontos. O primeiro é o das pragas, em fevereiro a Fábrica dos Sonhos fez uma desratização profunda, porque era o espaço comunitário das crianças e não estávamos imunes. Fevereiro foi o mês inteiro de desratização. Em março, com a ajuda de Leroy Merlin de Almada, e com o Querido Mudei a Casa, e com o Mélon, fizemos as obras, tapamos os buracos, encontramos o ninho das ratazanas no telhado, limpamos isso também, a preocupação deles, engenheiros, era garantir que por dentro ficava tudo protegido. Abrimos as portas, uma semana depois tenho uma ratazana a tentar entrar pela frente. Ou seja, o problema não está nas casas individuais, o problema está que existe uma praga no bairro, e é preciso ajuda para controlar isso, é preciso estar na agenda de estudar a situação. Portanto, a ideia é pedir ajuda para isso, salvaguardando que as crianças, brincam na rua com as ervas e que os cães que vivem na rua também não podem ser envenenados.

O último tema de perigo no Bairro do 2º Torrão, tem a ver com a mata. Não foi feita qualquer limpeza de segurança da Mata dos Incêndios.”

### **5.2.3 – O Senhor Município Rui Manuel Mesquita Mendes:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O motivo da minha intervenção tem a ver com uma questão que preocupa todos os cidadãos que amam esta cidade e este Concelho. Tem a ver com o património histórico, nomeadamente, o património histórico de carácter militar. Tomamos conhecimento que, no passado dia dezoito de abril, foi feita uma



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

visita à Torre Velha, que corresponde, no fundo, ao único edifício que é património e monumento nacional no Concelho de Almada, nomeadamente também, com a presença de elementos da Direção Geral do Património Cultural e da Direção Geral do Tesouro e Finanças. Foi chamada a atenção de facto, para o estado de degradação daquele edifício, também para o facto de ele estar fechado, não estar acessível ao público, e também para a importância que ele tem no contexto do património e da história da região de Lisboa, nomeadamente através da questão histórica da defesa da cidade. A razão por que eu venho fazer esta intervenção, por um lado é apelar a que de facto sejam tomadas medidas para a recuperação do espaço da Torre velha, quer enquanto cidadão almadense, quer enquanto caparicano. De facto, estou ali próximo e tenho essa ligação também sentimental, mas tenho a certeza que é uma questão que preocupa a todos os almadenses. E também questionar quais é que são os projetos que existem para aquela área, quer ao nível do município quer ao nível do Estado. Atendendo também a outra circunstância que é a seguinte: a Torre Velha é, de facto, o único monumento nacional que existe no Concelho de Almada, mas faz parte de um contexto histórico e de um contexto patrimonial que tem a ver com o património militar. Sendo assim, não podemos esquecer que, além da Torre Velha, existem outros sítios e outros espaços no Concelho de Almada que também merecem ser salvaguardados e protegidos, nomeadamente o Forte da Trafaria, o Castelo de Almada, que é um espaço que está completamente adulterado quanto à sua importância histórica e à sua importância patrimonial, e também a questão dos Fortes da Ribeira, da zona da Arealva e da zona da Fonte da Pipa. Quero chamar atenção que estes espaços têm sinais de degradação, nomeadamente no caso do da Arealva, e parece-me que efetivamente, neste momento, estão em vias de serem recuperados para outros fins que não aqueles que tiveram no passado, não podemos deixar de nos lembrar que eles têm ainda vestígios dessas defesas militares da Ribeira de Almada no qual tem sido o Forte da Trafaria, mas também o Forte da Arealva, e o Forte da Fonte da Pipa.

Termino também chamando atenção e colocando a questão em cima da mesa, uma vez que estamos a falar no caso da Torre velha, de um espaço que pertence ao Estado, outros dois espaços que pertencem ao Estado e que estão completamente ao abandono, e constituem locais de profundo desagrado dos moradores, e dos visitantes do Concelho de Almada. Falo do Quartel Militar da Trafaria que desde que foi abandonado nunca mais ninguém lá mexeu, e tem estado completamente partido, degradado, e sendo a porta de entrada da Vila da Trafaria, por terra, é um péssimo postal do nosso Concelho.

E por último, também a questão das defesas militares da Raposeira, que também estão completamente abandonadas e também cheias de grafitis, e a merecer pelos menos uma intervenção de consolidação e de limpeza, que penso que faltaria e que efetivamente se não sendo possível desde já a recuperação desses espaços, pelo menos o embelezamento e a proteção e conservação seriam bastante importantes. No fundo, é dar importância aquilo que nós temos de melhor e mais significativo em termos de património,





e que, se, de facto, queremos apostar numa Almada mais aberta aos visitantes e também mais acolhedora, temos certamente que melhorar os nossos espaços públicos, os nossos edifícios e monumentos.”

**5.2.4 – O Senhor Município Eurico Marques:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui falar acerca dos parques da ECALMA, o pagamento duplo, que por vezes os cidadãos têm de fazer nos parques da ECALMA. Estacionar em Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Costa da Caparica, ou qualquer outra zona do Concelho, em parques pagos, controlados pela ECALMA, tem muitas vezes um custo adicional para o cidadão. A presença dos espontâneos arrumadores e vigilantes, sejam eles quem forem, carenciados, desempregados, jovens ou profissionais do ramo nestes parques, com a finalidade de extorquir alguma moeda ao cidadão, configura uma violência e uma cobrança adicional a quem já paga o que lhe exige a empresa da autarquia, dita vocacionada para a gestão do estacionamento no Concelho, por deixar a viatura num parque. Não há qualquer argumentação demagoga que legitime moralmente esta situação anormal, nem sequer a que alguns espíritos mais inteligentes e iluminados usam, dizem, “vale mais isto do que andar a roubar”, ou “é assim em todo o país”. Embora esse saque constitua uma atividade não coerciva, por parte de quem a pratica, é ilegal e ilegítima dentro do parque, e que contém em si um efeito eficaz, que leva o proprietário da viatura a colaborar com o espontâneo, através de persuasiva aprendizagem pelo medo. Com o receio de ver a sua viatura danificada ou o pneu furado, o cidadão facilita o saque, abrindo o bolso ou a carteira e dá a moeda no regime de voluntariado muitas vezes com um riso forçado. Já presenciamos situações em que o espontâneo guardador / arrumador de parque de estacionamento exerceu represálias sobre o veículo, por não ter recebido qualquer moeda do dono da viatura, ou por não ser a quantia que esperava quando este a deixou. Os parques da ECALMA não podem ser explorados por duas empresas, uma municipal a ECALMA, e outra sua concorrente ad hoc, particular e unipessoal, esta ilegal, do espontâneo vigilante / arrumador. Os cidadãos têm deveres mas também têm direitos, e a defesa de alguns desses direitos deve ser feita inequivocamente pelos eleitos locais ou nacionais, e/ou pelas estruturas da organização do Estado vocacionadas para isso, porque também é para isso que os cidadãos pagam os seus impostos.”

**5.3 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.**

**5.3.1 – O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de dar nota que, de facto, é com grande honra que estou hoje substituindo a Senhora Presidente, que por um motivo perfeitamente atendível, e que tem a ver com a dinamização do nosso território, de



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

procurar parceiros para a valorização deste território, está ausente desta Sessão, mas que deixa naturalmente os cumprimentos a todos também.

Eu gostaria sinteticamente de responder às questões que aqui foram deixadas, desde logo, pelo munícipe José Coutinho, a propósito da questão do alargamento dos horários das bibliotecas, mas diria mais, também dos equipamentos culturais de uma forma geral, e estamos já a tratar disso, nomeadamente, procurando reforçar as horas de abertura ao fim de semana, nalguns desses equipamentos culturais.

A importância de alargar os horários das bibliotecas é absolutamente vital, tem alguns constrangimentos, desde logo, constrangimentos associados aos recursos humanos necessários para o fazer e aos custos inerentes a esse esforço, mas é perfeitamente legítima essa reivindicação, e está presente também nas nossas preocupações.

Quanto à questão do voluntariado jovem que referiu, e na questão da mata da Trafaria, quero dizer-lhe que alguns dos problemas que identifica decorrem de algum estacionamento abusivo por causa das instalações que ali estão de descarga e transporte de cereais, e da falta de condições para que as pessoas que conduzem esses camiões, possam também estar por ali com alguma dignidade. Estamos já a tratar com a empresa responsável pela exploração da possibilidade de abertura e de utilização desse espaço, para que se diminua também de alguma forma, esse impacto negativo que está presente.

Relativamente à munícipe Alexandra Gonzalez Leal, é com estima que vemos todo o trabalho que é feito por todos aqueles que estão neste bairro a tentar dignificar as condições de vida das pessoas que lá estão, e eu passava, agradecendo as palavras generosas que transmitiu ao Executivo, eu passava a dizer que a questão da ciclovia nós temos ali alguns problemas, desde logo que a ciclovia está implantada, é uma ciclovia que tem problemas de construção de partida e que vão ser reparados e estamos a avaliar também a possibilidade de fazer a intervenção que nos propõe, portanto, vamos considerar essa proposta.

Naturalmente, queria dizer que, eu e o meu gabinete temos pensado muito sobre as questões das ciclovias, temos também de olhar para a questão da ciclovia, não como uma linha férrea que de alguma forma seja o único espaço, porque as bicicletas devem poder circular por todo o espaço urbano, em condições de segurança e para isso tem que também criar condições de educação rodoviária, para que quem conduz, tenha cuidado com quem legitimamente circula. Não será possível fazer uma ciclovia à porta de cada casa, mas, é sobretudo possível conduzir com mais cuidado e respeitar quem circula dessa forma cuidadosa.

Relativamente à questão das pragas. Eu quero dar nota, que quando foi feita em março, abril, uma limpeza daquele território, foi feita uma desratização, e, portanto, tem que ser feita com alguma periodicidade naturalmente, mas que não tem estado ausente das nossas preocupações.



Relativamente à questão do reforço da iluminação pública, naturalmente é uma questão atendível, não conheço com detalhe esta questão, podemos naturalmente avaliá-la.

O munícipe Rui Mendes, falando da questão do património histórico militar, é uma questão à qual sou particularmente sensível, sou Professor de História, e, portanto, estas questões tocam-me profundamente. Gostaria de dar nota que a Torre velha teve de facto uma visita de vários membros do Executivo, de vários técnicos e também de membros de Institutos da Administração Central, com responsabilidades na matéria, e que, estamos a considerar a hipótese de integrar e propor a integração deste equipamento no âmbito do Programa REVIVE, que é talvez a forma de podermos valorizar aquele espaço. Gostaria de lhe dizer, no entanto, que o facto de existir muito perto, como sabe, um equipamento para a tancagem de combustíveis, e o acesso à Torre Velha estar condicionado por um outro espaço que é o Lazareto que também tem proprietários privados, condiciona muito a intervenção naquele espaço. Também talvez o salvaguarde de alguma destruição adicional. Mas, é qualquer coisa que está no conjunto das nossas preocupações, tal como de outros espaços que referiu, uma das preocupações também ao nível da preservação do património que temos é também do património subaquático, que ali à frente tem algum interesse, e que estamos também a estudar forma de eventualmente poder intervir neste caso.

Falou da questão da Arealva. A Arealva, como penso que saberá, é terreno privado, que foi recentemente adquirido, para o qual há neste momento um conjunto de propostas. Vai ser reabilitado, e naturalmente os técnicos da autarquia terão os cuidados de salvaguardar as questões para as quais alertou.

Em muitos dos outros espaços, naturalmente, a autarquia não se pode substituir, pode pressionar, mas não se pode substituir, àquilo que são as responsabilidades do poder político central.

Quanto à questão deixada pelo munícipe Eurico Marques. Pois, a questão dos espontâneos é uma questão que nos incomoda a todos, penso que aquilo que acontece com a ECALMA é um exercício que foi feito por anteriores executivos de tentativa de regularização do estacionamento na cidade. No seio do atual executivo camarário sabemos que existem opiniões diferentes relativamente à ECALMA, como compreenderá, no caso dos espontâneos, não temos propriamente responsabilidade, e é uma questão que, provavelmente, junto de outras autoridades, poderá ser referida.

Penso ter respondido de uma forma global às questões, e não tenho nada mais a acrescentar.”

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – A iniciar o período, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não sendo habitual um pedido destes, eu vou fazê-lo na mesma. A CDU teve conhecimento do falecimento da antiga eleita nesta Assembleia Municipal e na Câmara Municipal Celeste Cavaleiro, no dia de hoje. Não tivemos, obviamente tempo de preparar um voto de pesar que chegasse, nos termos regimentais à Mesa, e fosse distribuído por todos os senhores Deputados Municipais. O que eu queria colocar à consideração do Senhor Presidente e do Plenário é a introdução de um voto de pesar pelo falecimento de Celeste Cavaleiro”

### **6.1.1- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

“Senhores Deputados Municipais, penso que é uma situação que pode ser considerada. Pergunto se algum dos Senhores Deputados Municipais se opõe à inclusão de um voto de pesar em memória de Celeste Cavaleiro. Ninguém se opõe, portanto, passamos a ter quatro Votos de Pesar”.

### **6.2. Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:**

#### **6.2.1- Pelo falecimento de António Arnaut, apresentado pelo Senhor Deputado José Ricardo Martins (PS).**

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de António Arnaut.

António Arnaut faleceu no passado dia 21 de maio, aos 82 anos de idade, em Coimbra.

Nascido na freguesia da Cumeeira, no concelho de Penela, a 28 de janeiro de 1936, licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959.

Exerceu vários cargos na Ordem dos Advogados sendo um empenhado jurista, dedicou a sua vida à advocacia e à política, bem como à poesia e à literatura. Para descrever a sua faceta de poeta dizia: “Eu fui deputado constituinte e tinha a sensibilidade social de querer ajudar a mudar o Mundo, porque sou um poeta.”

Foi um cidadão desde sempre empenhado na causa da liberdade. Numa entrevista publicada em 2015, António Arnaut citou o seu amigo Miguel Torga: “A liberdade é uma penosa conquista da solidão. Mas sou livre. Posso dizer o que entendo”.

António Arnaut lutou ativamente contra a ditadura, tendo participado nas listas da oposição democrática e na Fundação do Partido Socialista, do qual era atualmente o seu Presidente Honorário.

A seguir ao 25 de Abril, esteve na linha da frente da Assembleia Constituinte e, na qualidade de Ministro dos Assuntos Sociais, em 1979, ficou para sempre associado à criação do Serviço Nacional de Saúde, uma conquista maior do Portugal democrático.



O País, reconhecido pela sua realização, trata-o afetuosamente como o Pai do Serviço Nacional de Saúde. Uma “teimosia” sua que valeu a pena.

Em 2016, foi agraciado pelo Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Foi até ao último dia um militante ativo da causa dos direitos sociais, envolvendo-se em inúmeras iniciativas cívicas e políticas. Pelo seu exemplo, soube granjear o respeito da sociedade e personificar de forma exemplar o conceito de ética republicana.

Reunida no dia 28 de junho de 2018, a Assembleia Municipal de Almada manifesta à família e amigos de António Arnaut, bem como ao Partido Socialista, o mais sentido pesar pelo seu desaparecimento.”

**6.2.2.** Pelo falecimento de Júlio Pomar, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Marta Martins (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Artista Plástico e Pintor Júlio Pomar.

Nascido em Lisboa em 1926, faleceu no passado dia 22 de maio aos 92 anos de idade o Artista Plástico e Pintor Júlio Pomar, autor de uma obra de reconhecido valor, dimensão e importância no panorama das artes plásticas portuguesas, que granjeou desde o início da sua carreira artística nos anos 40 do século passado, um imenso prestígio tanto nacional como internacional.

Figura incontornável da pintura neorrealista portuguesa, Pomar imortalizou na tela de forma original e única a vida do seu tempo. Desenvolvendo uma obra intensamente ligada à literatura, a prática da ilustração assume uma dimensão muito significativa, revisitando através das suas pinturas os universos literários tão significativos como os de Baudelaire, Pessoa, Poe, da mitologia clássica, incluindo também a experiência vivida pelo autor junto da comunidade de índios xingu da Amazónia. A Odisseia, de Homero, Frida Kahlo, Lewis Carroll ou o D. Quixote de Cervantes são outros motivos de inspiração que marcam a obra de Júlio Pomar.

A intervenção artística e estética de Pomar não se resumiu, no entanto, à pintura. A sua produção artística invadiu intensamente outras áreas, destacando-se o desenho, a ilustração, a gravura, a cerâmica, a escultura, e também a arte pública, assinando diversas obras de grande impacto popular, como o grande mural instalado no Cinema Batalha, no Porto, mandado destruir pela PIDE poucos meses depois da abertura da sala ao público, a decoração artística da estação de metropolitano do Alto dos Moinhos, em Lisboa, ou, no estrangeiro, as suas intervenções artísticas na capital do Brasil, Brasília, ou na capital Belga, Bruxelas.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Após o termo da II Guerra Mundial, Júlio Pomar é influenciado por importantes escritores portugueses daquela época, como Alves Redol ou Soeiro Pereira Gomes, e por obras de artistas como Portinari ou os muralistas mexicanos Orozco, Rivera e Siqueiros, que o encorajam a transformar a sua capacidade criativa e a arte que produz num instrumento de intervenção social e política no quadro da resistência à ditadura fascista.

Neste quadro, e paralelamente ao desenvolvimento da sua vasta obra no domínio das artes plásticas, Júlio Pomar manteve uma intensa participação e intervenção cívica e política, integrando um movimento mais geral de destacados pensadores e intelectuais que lutaram pela liberdade e pela democracia, e destacando-se o seu contributo no quadro do movimento de resistência antifascista desenvolvido ao nível da Comissão Central do MUD Juvenil, uma intervenção nas lutas estudantis que virá a custar-lhe a interdição da frequência da Escola de Belas Artes do Porto.

Consequência direta desta sua luta contra a ditadura, Júlio Pomar foi preso e julgado pelo regime fascista em 1947, viu algumas das suas obras apreendidas pela PIDE nesse período, e foi compulsivamente afastado do ensino público português.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Júlio Pomar vive intensamente os acontecimentos revolucionários, participando em junho desse ano, com outros 48 artistas portugueses, na elaboração de um painel coletivo destinado a comemorar a queda do regime fascista.

O reconhecimento da sua obra e vida de luta pela Democracia Portuguesa traduziu-se pela atribuição de diversas distinções públicas, destacando-se em 1993 o prémio da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA), em 2000 o prémio Celpa/Vieira da Silva, e em 2003 o Grande Prémio Amadeo de Souza-Cardoso, e as condecorações onde se incluem a Grã-Cruz da Ordem do Mérito, a Ordem da Liberdade, e o título de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras atribuído pelo Governo Francês.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2018, delibera:

1. Expressar o mais sentido voto de pesar pelo falecimento do Artista Plástico e Pintor Júlio Pomar, autor de uma das mais importantes e significativas obras criativas no domínio das artes plásticas portuguesas da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI.
2. Dirigir à sua família, a todos os seus muitos e muitos amigos, aos artistas plásticos e todos os outros artistas portugueses, as mais sentidas condolências pelo desaparecimento físico de Júlio Pomar, na certeza de que partindo definitivamente do nosso convívio diário, permanecerá perene entre nós o grande valor da sua obra enquanto significativo contributo para a construção e enriquecimento do



saber e do conhecimento, num mundo que o autor sempre sonhou e lutou mais solidário, mais justo e mais fraterno para todos os seus semelhantes.”

**6.2.3** – Pelo falecimento de Osvaldo da Conceição Bonança Azinheira, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Osvaldo da Conceição Bonança Azinheiro (1934-2018).

Osvaldo da Conceição Bonança Azinheira nasceu em Tavira a 8 de dezembro de 1934, e faleceu em Almada a 10 de maio de 2018. Com os seus pais, fixou-se em Almada aos cinco anos de idade, e nunca mais abandonou o seu Concelho de toda uma vida.

Com 12 anos começa a sua vida laboral, ingressando na indústria naval na Companhia Portuguesa de Pesca, então localizada em Olho de Boi. Na juventude de Osvaldo Azinheira, Almada não dispunha de escolas técnicas. Jovem estudante, matriculou-se então no Curso Industrial Noturno em Lisboa, na Escola Industrial Fonseca Benevides.

Entre 1961 e 1991 integrou os quadros de pessoal da Siderurgia Nacional, onde chegou a chefiar 80 trabalhadores. Ao longo de três décadas de intenso e dedicado trabalho, progrediu na carreira, até ser promovido a técnico superior especialista, um cargo a que acediam apenas licenciados e, excepcionalmente, profissionais não licenciados que demonstrassem méritos exemplares no exercício das suas profissões. Na Siderurgia Nacional foi presidente da Assembleia-Geral do Clube de Pessoal da empresa

Em 1967 aderiu ao Partido Comunista Português.

Entre 1973 e 1974 foi presidente da Direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Distrito de Setúbal, o único sindicato dos metalúrgicos que não viu exonerada a sua direção após o 25 de Abril de 1974, uma vez que a lista dos corpos gerentes a que presidiu refletia já a escolha livre e legítima dos trabalhadores.

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974 faz parte da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Almada que substituiu a administração fascista do Município. Entre 16 de Dezembro de 1974 e 31 de Dezembro de 1976 coordena o Gabinete de Apoio aos Problemas Locais (GAPROL), a primeira estrutura municipal organizada para estudar e dar resposta às inúmeras carências de toda a natureza sentida pelo Povo de Almada.

Nas primeiras eleições democráticas para os órgãos do Poder Local, realizadas em 12 de Dezembro de 1976, já no quadro da Constituição da República aprovada em Junho do mesmo ano, é eleito nas listas da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) para a Assembleia Municipal de Almada, exercendo o seu mandato



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

entre 1976 e 1978, e é candidato à Câmara Municipal. Em 1978 e 1979 abandona as funções de Deputado Municipal e assume o cargo de Vereador na Câmara Municipal de Almada.

Em 1991 Osvaldo Azinheira aceita o convite da então Presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília de Sousa, para a apoiar enquanto seu Adjunto, funções que mantém durante 22 anos, cessando apenas em 2013.

Até muito próximo do momento em que deixou fisicamente o nosso convívio, continuou a dar o seu contributo ativo no quadro do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada.

Desde muito jovem, Osvaldo Azinheira participou igualmente de forma muito ativa no Movimento Associativo Popular. No Almada Atlético Clube, a partir de 1958, desempenhou sucessivamente funções de secretário adjunto, secretário geral, presidente do conselho fiscal e presidente da assembleia geral.

Em 1982 assume a presidência da Direção da Academia de Recreio e Instrução Familiar Almadense. A sua relação com aquela instituição centenária do Concelho de Almada surge ainda muito jovem, tendo sido precisamente na Academia Almadense que Osvaldo Azinheira concretizou a sua mais importante e significativa ação no âmbito do Movimento Associativo Popular do Concelho de Almada.

Ao longo de quase três décadas, foi dirigente associativo na Academia Almadense, assumindo os mais diversos cargos diretivos: Presidente da Direção (1982 a 1987), Presidente da Assembleia Geral (1988 a 1989) e novamente Presidente da Direção (1990 a 2005), apenas interrompendo as suas funções diretivas durante o período de dois anos em que assumiu o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Almada.

Osvaldo Azinheira foi um dos grandes responsáveis pelo processo de renovação e revitalização daquela coletividade centenária do Concelho de Almada, assumindo-se como um dos grandes timoneiros daquela que é hoje, como foi no passado, uma das mais importantes Coletividades do Concelho de Almada, um baluarte do Movimento Associativo Popular de Almada, de toda a região e mesmo do País.

A Câmara Municipal de Almada deliberou em 1995, por unanimidade, atribuir ao Insigne Almadense Osvaldo da Conceição Bonança Azinheira a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção do Município, no reconhecimento público e institucional pelo seu elevado mérito pessoal e enquanto cidadão sublinhando o seu contributo ativo e empenhado ao longo de toda a sua vida na construção de um futuro de desenvolvimento e progresso e de uma vida melhor e com mais qualidade para todos os seus concidadãos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária realizada nos dias 28 e 29 de junho de 2018, delibera:

1. Expressar o mais sentido voto de pesar pelo falecimento de Osvaldo da Conceição Bonança Azinheira, Insigne Cidadão Almadense, resistente antifascista, participante ativo na construção dos alicerces do





Poder Local Democrático no período imediatamente após a Revolução de 25 de Abril de 1974, autarca eleito nas primeiras eleições democráticas para os órgãos do Poder Local Democrático emanado da Constituição da República Portuguesa aprovada e promulgada a 2 de Junho de 1976, e destacado e dedicado dirigente do Movimento Associativo Popular do Concelho de Almada.

2. Dirigir à sua companheira Maria Augusta, à sua filha Helena, aos dois netos e restante família, a todos os seus muitos e muitos amigos, aos autarcas do Concelho de Almada, aos muitos milhares de ativos membros e participantes nas direções e atividade quotidiana das Coletividades e Associações do nosso Concelho, em particular à Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, e ao Partido Comunista Português, as mais sentidas condolências pelo desaparecimento físico de Osvaldo Azinheira, na certeza de que partindo definitivamente do nosso convívio diário, permanecerá perene entre nós o seu exemplo de trabalho, dedicação e empenho na construção de um mundo mais solidário, mais justo e mais fraterno para todos os seus semelhantes.”

**6.2.4** – Pelo falecimento de Celeste Cavaleiro, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU).

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Celeste Cavaleiro.

Realizou-se hoje dia 28 de junho de 2018 o funeral da cidadã Celeste Cavaleiro, mulher democrata, lutadora pela liberdade e pela democracia, e empenhada no progresso de Almada.

Celeste Cavaleiro nasceu em 1923 e veio viver para a Cova da Piedade em 1949.

Militou no Movimento de Unidade Democrática (MUD Juvenil) desde 1943.

Foi, antes do 25 de Abril de 1974, colaboradora do Jornal “República” até a censura a proibir de fazer, por defender a causa dos direitos das mulheres e dos trabalhadores.

Foi presidente do Conselho de Administração da Fundação Arcelina Victor dos Santos desde 1979.

Foi eleita em dezembro de 1976 para a primeira Assembleia Municipal do Município de Almada, exercendo o mandato de Deputada Municipal entre 1977 e 1979, sendo posteriormente eleita vereadora da Câmara Municipal de Almada em dois mandatos na década de 1980.

Integrou a Comissão Instaladora da Região de Turismo de Setúbal-Costa Azul, tendo sido eleita para o seu órgão executivo desde 1983. Foi assessora da Região de Turismo na área da gastronomia.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Celeste Cavaleiro foi uma cidadã ativa e empenhada no progresso e desenvolvimento do Concelho de Almada, participante na dinamização da gastronomia local, integrando durante anos os júris dos concursos de gastronomia das Freguesias da Costa da Caparica e de Cacilhas e do Concelho de Almada.

Pela sua ação foi concedida a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção do Município de Almada, por deliberação da Câmara Municipal de 3 de junho de 1996.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28 e 29 de junho de 2018, manifesta o seu pesar pelo falecimento da cidadã Celeste Cavaleiro, e à sua filha Adelaide Cavaleiro e demais família apresenta sentidas condolências.”

**6.2.5** - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, que foram aprovados por unanimidade.

**6.2.6** - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente da Assembleia.

**6.3** – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

**6.3.1** – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS), para apresentar a Saudação ao Hospital Garcia de Orta pelo Prémio Internacional de Melhoria da Qualidade;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação ao Hospital Garcia de Orta pelo Prémio Internacional de Melhoria da Qualidade.

Em finais do século XX, a qualidade no setor da saúde passou a ser predominantemente medida tendo em conta a satisfação das expectativas do utente e de um sistema de gestão de qualidade. Foi tendo por base o modelo britânico “King’s Found” que Portugal, em 1999, aderiu ao modelo de acreditação de hospitais do SNS, sob a orientação do Instituto da Qualidade em Saúde.

Atualmente é o CHKS (Caspé Healthcare Knowledge Systems), um dos organismos internacionais de maior prestígio em matéria de qualidade em saúde que, além de acreditar e renovar periodicamente a acreditação, premeia internacionalmente com os Top Hospitals Awards a excelência na prestação de cuidados de saúde nos setores público e privado.

Os processos de acreditação e de renovação da acreditação requerem esforços acrescidos e muito empenho por parte dos profissionais de saúde. Os caminhos da qualidade em direção à excelência passam pela elaboração e constante revisão de procedimentos, bem como de realização frequente de auditorias à sua implementação.



O Hospital Garcia de Orta foi o grande vencedor do Prémio de Melhoria da Qualidade 2018, onde concorria com o “Cancer Center London” e com a “Whitfield Clinic” de Waterford, na Irlanda. O prémio foi entregue na cerimónia que decorreu em Londres e vem reconhecer o bom trabalho que é feito no maior equipamento de saúde do nosso concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de junho de 2018, delibera:

- Felicitar todos os Trabalhadores e o Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, EPE, pelo Prémio de Melhoria da Qualidade 2018.
- Congratular-se com a evidência da excelente qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes do HGO.”

Se aprovada, esta moção deverá ser enviada para: o Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, E.P.E, para a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e para o Ministério da Saúde.

**6.3.2** - O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), para apresentar a Recomendação pela urgente elaboração duma estratégia local ao abrigo do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – DL nº 37/2018, de 4 de junho;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação pela urgente elaboração duma estratégia local ao abrigo do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação -DL nº 37/2018, de 4 de junho;

O levantamento em 2017 das necessidades de realojamento habitacional identificou mais de 2700 agregados familiares do município de Almada em situação de grave carência habitacional.

Apesar de não abrangerem todos os casos de precariedade habitacional no Concelho, o número apurado revela um agravamento significativo da situação habitacional quando comparado com os dados do INE relativos a 2011.

No seguimento de iniciativas políticas, como a Resolução da Assembleia da República nº 48/2017, para a criação dum novo programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas, foi agora publicado no DR nº 106-1ª série de 4 de junho de 2018 o Decreto-Lei nº 37/2018 que estabelece o 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Apesar de não responder a todas as situações de carência habitacional, este novo programa abrange pessoas sem-abrigo e as situações de não renovação de contrato de arrendamento nos casos de agregados que integrem pessoas com deficiência ou arrendatários com mais de 65 anos, entre outras situações de precariedade, insalubridade, insegurança, sobrelotação ou inadequação da habitação, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência. Também as pessoas e agregados que residem em



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

áreas urbanas degradadas com características próprias, designadas como “ilha”, “pátio” ou “vila” têm direito a aceder a uma habitação adequada através da concessão de financiamento aos respetivos proprietários.

Pelo novo diploma legal, os municípios para além de apoio técnico, podem beneficiar de apoio financeiro sob a forma de comparticipações não reembolsáveis e de bonificação da taxa de juro de empréstimos, para a promoção de diversas soluções habitacionais: arrendamento de habitações para subarrendamento, encargo com os moradores de núcleos degradados, reabilitação, construção e aquisição de frações ou prédios habitacionais...

Pelo exposto e tendo também em conta a necessidade de respostas imediatas à situação de carência habitacional no concelho, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária em 28 de Junho de 2018, RECOMENDA ao Executivo camarário:

- Que elabore com urgência a estratégia local prevista no artigo 30º do Decreto-Lei nº 37/2018 de 4 de junho e priorize as soluções habitacionais que pretende ver desenvolvidas no município ao abrigo do 1º Direito.”

**6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD), para apresentar a Moção Pela Requalificação das Avenidas da Liberdade e Bulhão Pato na Trafaria;**

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação pela requalificação das avenidas da Liberdade e Bulhão Pato na Trafaria

Considerando todo o potencial que o território da Trafaria tem, este tem sido um território abandonado pelos sucessivos responsáveis do poder local a visão estratégica e a audácia que permitiriam assegurar um desenvolvimento urbanístico planeado, consistente, estruturado e apoiado, projetado para o futuro, NÃO EXISTE.

Pela falta de estratégia e de planeamento, ainda hoje, é um local que tem poucas ou nenhuma zonas com ciclovias, vias pedonais que servem para estacionamento de viaturas, tem originado uma atuação errada nos sucessivos responsáveis do poder local.

É neste contexto que propomos as Requalificações da Avenida da Liberdade e da Avenida Bulhão Pato. Serão duas obras que em muito vão beneficiar quem vive, visita, trabalha e faz compras na Trafaria.

Desta forma, urge melhorar o espaço público e criar condições de estacionamento apropriado que não permita os abusos e invasão das vias pedonais.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária de 28 de Junho de 2018, delibera o seguinte:



- 1) Apelar à Câmara Municipal que, com a maior brevidade, avance com as obras de reabilitação da Avenida da Liberdade;
- 2) Apelar à Câmara Municipal de Almada que, com a maior brevidade, avance com as obras de reabilitação da Avenida Bulhão Pato;”

**6.3.4** - A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Criação de um banco de empréstimo de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidades;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação Criação de um banco de empréstimo de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidades.

Considerando que:

1. O envelhecimento demográfico em Portugal tem vindo a aumentar<sup>1</sup>, sendo que a população com idade igual ou superior a 65 anos em 2017 representava 21,5% da população total e a população mais idosa (idade igual ou superior a 85 anos) foi estimada em 297.538 pessoas, mais cerca de 12.000 do que no ano anterior;
2. Segundo os últimos dados de recenseamento disponíveis da população portuguesa – Censos 2011 – a população idosa (com 65 ou mais anos) residente na cidade de Almada constituía cerca de 1/5 do total da população residente no concelho (20,5%) e o índice de longevidade (proporção da população muito idosa - com 75 ou mais anos - no grupo de idosos) era, em 2011, de 46,7, o que significa que para cada 100 idosos existiam cerca de 47 pessoas muito idosas;
3. O processo de envelhecimento não está apenas relacionado com o critério cronológico, dependendo das condições físicas, funcionais, mentais e de saúde de cada pessoa. É inevitável, contudo, que ao longo da vida surjam alguns défices funcionais e também doenças;
4. O Instituto Nacional de Estatística estimou<sup>2</sup>, para 2015-2017, uma esperança de vida aos 65 anos de cerca de 19,5 anos, sendo que os homens e mulheres podem, respetivamente, esperar viver em média 17,55 e 20,81 anos. No entanto, apesar do aumento da esperança de vida aos 65 anos se ter vindo a acentuar nos últimos anos, estes ganhos em termos de anos de vida não correspondem a anos de vida com saúde. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)<sup>3</sup>, apesar

<sup>1</sup> Destaque – Estimativas de População Residente em Portugal 2017, Instituto Nacional de Estatística, 15 de junho de 2018

<sup>2</sup> Destaque – Tábuas de Mortalidade para Portugal, 2015-2017, Instituto Nacional de Estatística, 29 de maio de 2018

<sup>3</sup> Portugal - Perfil de Saúde do País 2017 in <https://read.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/portugal->



destes ganhos, aos 65 anos de idade, as mulheres portuguesas podiam esperar viver em 2017 apenas 25% dos anos sem incapacidades enquanto os homens podiam esperar viver quase 40% dos anos sem incapacidades;

5. Os dados disponibilizados pelo Censo 2011 revelaram que, em Almada, do total de pessoas que afirmaram ter pelo menos uma dificuldade na realização de algumas atividades devido a problemas de saúde, deficiência ou decorrentes do envelhecimento (29.273) mais de metade eram pessoas idosas, sendo que as pessoas com 75 ou mais anos constituíam cerca de 34% do total da população com pelo menos uma dificuldade. Relativamente ao tipo de dificuldade ou incapacidade total com maior incidência, tanto na população em geral como na população idosa, relaciona-se com questões de mobilidade. A incapacidade total ou muita dificuldade em andar ou subir degraus foi referida por 52% da população com incapacidades, sendo que a mesma incapacidade foi identificada por mais de 2/3 dos idosos com alguma incapacidade (67,3). Por outro lado, 64% da população que referiu ter algum tipo de dificuldade era reformado;

6. Apesar da existência de um “Centro de Recursos de Ajudas Técnicas” da Santa Casa da Misericórdia de Almada<sup>4</sup> (aluguer e venda de produtos de apoio), um banco de empréstimo de produtos de apoio municipal constitui uma resposta social económica para pessoas com fracos recursos económicos e está de acordo com o conceito de economia circular, uma vez que tem por base a reutilização dos produtos;

Deste modo, vem a Representação Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de junho de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1) A criação de um banco de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidades, permanentes ou temporárias, por meio de empréstimo, mediante a avaliação das necessidades e dos produtos mais adequados;

2) Disponibilização online de uma base de dados relativa aos produtos de apoio, permanentemente atualizada, de modo a que as várias entidades interessadas tenham conhecimento de quais os produtos de apoio disponíveis em tempo real.”

**6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Alteração do artigo do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana**

---

[perfil-de-saude-do-pais-2017\\_9789264285385-pt#page1](#)

<sup>4</sup> Mais informação disponível em <http://www.scma.pt/centro-recursos-ajudas-tecnicas>



de Almada que define a proibição de alimentação de animais de rua e criação de postos uniformizados de alimentação;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação Alteração do artigo do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada que define a proibição de alimentação de animais de rua e criação de postos uniformizados de alimentação

Considerando que:

1. No município de Almada, a questão da alimentação de animais de rua vem referida no Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Imagem, Limpeza e Higiene Urbana;

2. No artigo 54.º do referido Regulamento em vigor lê-se:

“Deveres gerais

Tendo em vista a manutenção das condições de higiene e limpeza da via pública é proibido:

(...)

d) Alimentar animais na via pública;

e) Alimentar animais errantes em espaços privados, nomeadamente logradouros, varandas;

(...)”

3. No artigo 65º do mesmo Regulamento pode ainda ler-se:

“Contraordenações respeitantes a limpeza urbana

(...)

2 - Constituem, também, contraordenação punível com coima de (euro) 24,94 a (euro) 1.870,49, no caso de pessoas singulares, e de (euro) 49,76 a (euro) 4.947,00, no caso de pessoas coletivas, os atos e omissões a seguir indicadas:

a) Espalhar qualquer tipo de alimento nas vias e noutros espaços públicos, suscetível de atrair animais errantes, nomeadamente cães, gatos e pombos;

(...)”

4. Decidir pela proibição de alimentar animais de rua, nomeadamente animais vítimas de abandono, negligência e irresponsabilidade por parte daqueles que deveriam ser os seus cuidadores, e castigar os munícipes que optam por não se distanciar do sofrimento de outros seres vivos e que cuidam destes animais vulneráveis, levanta, acima de tudo, sérias implicações éticas;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5. Esta proibição foi instituída, ignorando quaisquer circunstancialismos pertinentes, como os casos das colónias de gatos controladas por programas de esterilização (CED), ou a forma como essa alimentação é prestada aos animais (sem colocar em risco a saúde pública e a higiene do local);

6. Se a Lei n.º 27/2016 definiu o programa CED como metodologia preferencial para controlo das populações de colónias de gatos, em defesa da saúde pública, será manifestamente contrário ao seu espírito o regulamento municipal proibir integralmente a alimentação dos animais, incluindo aqueles submetidos ao programa;

7. Um animal subnutrido tem o seu sistema imunitário enfraquecido, sendo um foco de propagação de doenças e parasitas para outros animais e até mesmo para o ser humano. Por sua vez, um animal que é convenientemente alimentado e supervisionado por um cuidador representa um risco muito menor;

8. No dia 29 de junho de 2016, a Assembleia Municipal aprovou a recomendação apresentada pelo PAN recomendando a revisão do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada, no que respeita a proibição da alimentação de animais em via pública;

9. Face à urgência e pertinência da matéria, a Assembleia Municipal, em 2016, deliberou recomendar à Câmara Municipal de Almada a revisão do Regulamento em questão através do aditamento do seguinte artigo:

“Limpeza Pública

1 – São proibidos quaisquer atos que prejudiquem a limpeza dos espaços públicos ou que provoquem impactes negativos no ambiente.

2 – Para efeitos do número anterior, não se inclui os atos de alimentação de animais nas vias ou outros espaços públicos desde que sejam asseguradas as condições de limpeza do local e não sejam deixados detritos na via pública.”

10. Passados dois anos sobre esta deliberação, o PAN verifica que o Regulamento Municipal em vigor não foi alterado, mantendo-se assim a proibição de alimentação de animais, nos termos anteriores previstos e ainda em vigor.

Deste modo, vem a Representação Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de junho de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1) Que a moção anteriormente apresentada pelo PAN e aprovada em 29 de junho de 2016 pela Assembleia Municipal de Almada, recomendando a revisão do Regulamento Municipal de Resíduos





Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada, no que concerne a proibição da alimentação de animais em via pública, seja respeitada e posta em prática.

2) Que no Regulamento em questão seja admissível a alimentação de animais em vias ou outros espaços públicos, desde que asseguradas as condições de limpeza do local, incidindo as penalizações e aplicação de coimas nas infrações que versem questões de higiene e limpeza e não propriamente no ato de alimentar, em si.

3) Que sejam projetados e estabelecidos locais próprios, uniformizados, protegidos contra as intempéries para os animais serem alimentados, assegurando-se a aplicação de determinadas regras para a sua gestão, que garantam que o local é mantido limpo, livre de restos e acumulação de recipientes, aumentando a aceitação da alimentação por parte da vizinhança circundante, com vista à paz social.

4) Que sejam inseridas as devidas ressalvas no que respeita a alimentação dos pombos, devendo esta matéria ser alvo, com urgência, de uma estratégia de atuação muito específica, baseada em ações de prevenção e de sensibilização da comunidade, e que garanta o equilíbrio ecológico da população desta espécie.

5) Que ao invés de investir na proibição, se invista em formas ativas de educar a sociedade e fomentar uma convivência pacífica e saudável entre pessoas e animais.”

**6.3.6 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN), para apresentar a Recomendação Criação do Regulamento Municipal do Arvoredo de Almada;**

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Recomendação Criação do Regulamento Municipal do Arvoredo de Almada

Considerando que:

1. O concelho de Almada, pela sua situação biogeográfica e proximidade do Estuário do Tejo e do Oceano Atlântico, possui áreas de elevada riqueza ambiental e de grande diversidade biológica. A sua Frente Atlântica e Ribeirinha, a Mata dos Medos, a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica são viveiros naturais de inúmeras espécies vegetais e animais;

2. No concelho de Almada podem ser encontrados diversos matagais, bosques e matos, charnecas, prados e sobreirais, comunidades dunares e ribeirinhas, que no seu conjunto albergam uma importante biodiversidade;

3. Para além de áreas de elevado valor ambiental - Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica e Reserva Botânica da Mata dos Medos - Almada possui ainda inúmeros espaços verdes urbanos, parques e jardins públicos, entre os quais se destaca o Parque da Paz, espaço que conta com 60 hectares



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que acolhe cerca de 114 espécies de árvores, arbustos e herbáceas, bem como diversos grupos de animais, como as cerca de 60 espécies de aves que já foram observadas no parque;

4. É assim fácil de perceber que a importância do concelho para a biodiversidade vegetal e animal é ímpar, tendo a autarquia e os munícipes uma responsabilidade acrescida na preservação e dignificação desta riqueza ambiental, através da proteção do arvoredo da cidade;

5. As árvores desempenham um papel fundamental no nosso planeta devido às suas funções ecológicas e por serem seres vivos que devem ser respeitados;

6. Tem existido, ao longo dos anos, inúmeros relatos de munícipes acerca do corte, poda e abate de árvores no concelho que não respeitam a natureza das espécies nem as suas necessidades. Segundo a Quercus:

*“A mutilação generalizada e indiscriminada da copa das árvores de alinhamento e de parques e jardins urbanos não tem qualquer justificação técnica, económica ou estética (...) os cortes repetidos e a quebra natural dos novos lançamentos expõem as árvores à infeção por agentes patogénicos (...) a poda é sempre uma operação desvitalizante, elimina uma grande parte da copa das árvores chegando nos casos mais drásticos à sua eliminação total. Como consequência, a superfície fotossinteticamente ativa é parcial ou totalmente eliminada, pelo que a árvore fica bastante debilitada (...) Uma árvore debilitada fica mais vulnerável ao ataque de pragas e doenças, sendo que alguns insetos e fungos acabam por se aproveitar destas fragilidades e instalam-se, acelerando nalguns casos a morte das árvores. Se as podas radicais/abusivas são lesivas para as árvores, por que razão todos os anos estas se repetem em várias localidades?”*

7. A poda e corte de árvores realizadas fora de época devida ou de forma abusiva, tem ainda consequências negativas para a biodiversidade, nomeadamente para todas as espécies de aves, insetos, mamíferos, que encontram nas árvores o seu refúgio e o seu alimento, levando muitas vezes à queda de ninhos, à destruição de ovos e crias, e ao desaparecimento no concelho de espécies importantes para o equilíbrio dos habitats;

8. A criação de um Regulamento Municipal do Arvoredo de Almada, onde se incluíam os deveres da autarquia bem como os deveres dos munícipes em relação ao arvoredo do concelho, as regras de gestão e planeamento do arvoredo no concelho, incluindo o abate, a poda e o acautelamento da proteção das espécies que dependem destas árvores, seria um passo qualitativo significativo na forma como gerimos e preservamos o património arbóreo da cidade.



Assim, vem a Representação Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28 e 29 de junho de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- 1) A criação e implementação de um Regulamento Municipal do Arvoredo de Almada, enquanto política orientadora de gestão e preservação do património arbóreo do Concelho."

**6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE), para apresentar a Moção Palavra dada palavra honrada;**

"Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Palavra dada, palavra honrada;

No tempo presente assistimos a um grave conflito entre os professores e o governo, originado pelo facto de o mesmo governo não estar a honrar os compromissos que assumiu no OE para 2018, ou seja recuperar o tempo de serviço dos docentes durante os anos em que as carreiras estiveram congeladas, precisamente 9 anos 4 meses e 18 dias.

Diz o OE "a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras (...) é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis."

O tempo das carreiras é integral, não é uma fração ou uma abstração que permita diferentes interpretações. O governo não tem mandato para propor aos sindicatos um apagão total ou parcial das carreiras dos professores. Essa é uma proposta fora da lei. O governo tem é a obrigação de "definir o prazo e o modo" para a reposição do tempo de serviço.

Tal norma do OE decorre de uma proposta apresentada pelo próprio PS, depois de negociações com o BE e o PCP. E não é sequer uma proposta inflexível, dado que permite um faseamento tendo em conta as disponibilidades orçamentais. O que agora acontece é termos um governo minoritário que não quer cumprir a lei que a maioria na Assembleia da República aprovou.

Os sindicatos estão disponíveis para definir um faseamento que seja comportável pelas contas públicas enquanto o governo não discute nenhum faseamento porque simplesmente não quer reconhecer o tempo de serviço dos professores.

O governo assinou em novembro passado um acordo com os sindicatos que expressava textualmente "o tempo de serviço prestado durante o período de congelamento das carreiras seria contado para efeitos de progressão". Agora dá o dito pelo não dito. Onde para a honra da palavra dada?



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não há dinheiro, diz o governo "não ter 600 milhões de euros para pagar a reivindicação sindical". Se fosse para salvar um banco não faltaria dinheiro. Mas o governo revela além do mais uma indesculpável má fé porque quer propositadamente esconder o facto de os sindicatos estarem desde sempre disponíveis para negociar o faseamento.

E o governo ao pretender reduzir a luta pelos direitos e dignidade das carreiras dos professores a uma "reivindicação sindical" mais não faz do que alimentar maldosamente o preconceito social contra os sindicatos. Pretende isolar os professores, caricaturando-os como classe privilegiada. O objetivo confesso é humilhar e enxovalhar aqueles e aquelas que são um dos pilares da escola pública.

E é rotundamente falsa a versão repetida até à náusea pela direita, por comentadores e órgãos de comunicação que os professores progridem automaticamente nas suas carreiras. Muitos professores com 24 anos de serviço estão no 3º escalão (em 10) e recebem 1300 euros por mês.

Assim, por todas as razões atrás expressas e porque é justo,

a Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 28 de junho, delibera:

Ponto único: Apoiar a luta dos professores e professoras pela dignidade e valorização das suas carreiras, incluindo o reconhecimento da contagem integral do tempo de serviço."

**6.3.8** – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), para apresentar o Voto de Repúdio pelo respeito às populações imigrantes, por uma resposta de acolhimento de pessoas refugiadas, pelo repúdio às políticas xenófobas;

"Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Voto de Repúdio Pelo respeito às populações imigrantes, por uma resposta de acolhimento de pessoas refugiadas, pelo repúdio às políticas xenófobas;

Considerando que:

- a) São crescentes as preocupações, a nível europeu e internacional, com os fluxos migratórios dos últimos anos de milhares de pessoas migrantes e refugiadas a tentar chegar à Europa, via Mediterrâneo, na sua maioria com origem na Síria, Iraque, Afeganistão e Eritreia;
- b) No âmbito da "Agenda Europeia para as Migrações" de 13 de maio de 2015, a Comissão Europeia ativou o sistema de emergência a fim de assegurar uma melhor distribuição dos requerentes de asilo por toda a Europa, com o consequente desenvolvimento de um programa de reinstalação dessas pessoas, identificadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de forma a garantir a sua proteção internacional;



- c) O Governo português, ao abrigo do mecanismo de solidariedade previsto no sistema de reinstalação de pessoas refugiadas, disponibilizou-se perante a Comissão Europeia, em setembro de 2015, para acolher 4.574 Pessoas;
- d) O recém-eleito Governo italiano que é composto por partidos eurocéticos e xenófobos violou o Direito Internacional, recusando a entrada do Aquarius, gerido pela SOS Mediterranée e, conseqüentemente, a receção de 629 homens, mulheres e crianças em situação de extrema vulnerabilidade. Após um impasse de várias horas, o Governo Espanhol garantiu a receção dos migrantes, que foram entretanto transportados para Espanha no Aquarius, com apoio de dois barcos da marinha italiana;
- e) A crescente prevalência do discurso xenófobo, o crescimento eleitoral de partidos de extrema-direita em vários países e a disseminação de muitas das suas visões e conceções, indissociáveis das políticas e da ação da própria União Europeia, assumem proporções preocupantes, que justificam um decidido combate em nome dos valores da liberdade e da democracia.
- f) As políticas da União Europeia neste domínio, assentes no conceito da "Europa fortaleza" e numa visão que criminaliza os migrantes e as migrações, tem demonstrado a sua natureza desumana, seletiva e desrespeitadora do direito internacional, nomeadamente no que se refere ao direito, de asilo. A criação de campos de retenção de migrantes em países terceiros, o acordo celebrado com a Turquia para a expulsão de migrantes para este país, a chantagem efetuada com países em desenvolvimento para aceitação de acordos semelhantes, a tendencial militarização da questão migratória e a intenção de criação de uma polícia de fronteiras a partir da agência Frontex, são elementos basilares do que tem sido a ação da União Europeia, ao invés da necessária criação de condições de acolhimento e de rotas migratórias legais e seguras, que não deixem os migrantes à mercê das redes de exploração e tráfico de seres humanos.
- g) As recentes notícias que retratam a situação dramática de centenas de crianças e jovens separados das suas famílias, denunciam um atentado aos Direitos Humanos que se aproxima de técnicas de tortura emocional e psicológica utilizadas em prisões militares. Neste caso, as medidas são aplicadas sobre cidadãos extremamente vulneráveis, física e psicologicamente, sendo uma amostra da coincidência existente entre a política migratória dos Estados Unidos da América com as propostas da extrema-direita europeia;
- h) As crianças, algumas delas apenas com seis anos de idade, terão sido propositadamente separadas dos seus pais pelas autoridades norte-americanas como forma de dissuadir os fluxos migratórios para os Estados Unidos. O próprio Presidente Donald Trump confirmou publicamente tal situação. O



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

conhecimento dos detalhes de toda esta prática só aumenta a nossa convicção de que estamos perante um ato cruel e de flagrante violação de direitos humanos;

- i) As imagens divulgadas pela comunicação social norte-americana mostram centros de detenção formados por jaulas onde as crianças são colocadas a dormir no chão com um cobertor térmico. Os centros estão iluminados 24 horas por dia, igualando condições próximas da tortura.
- j) Segundo informações tornadas públicas, após a separação, não existe qualquer hipótese de reunião das crianças com as suas famílias, nem de contacto ou sequer de informação sobre o paradeiro de cada membro da família.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 28 de junho de 2018, delibera:

1. Repudiar a atitude do recém-eleito Governo italiano, porque violadora do Direito Internacional ao recusar o auxílio a centenas de seres humanos numa situação dramática;
3. Repudiar a política desumana de separação de famílias levada a cabo pelo Governo Americano, indigna de qualquer sociedade civilizada e democrática.”

**6.3.9** – A Senhora Deputada Municipal Eva Borges de Araújo Gomes (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação Pela construção do novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação pela construção do novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete;

O esgotamento da capacidade de resposta à procura revelada pelo Aeroporto Internacional de Lisboa, Aeroporto Humberto Delgado, é uma realidade indesmentível, atestada pelas múltiplas situações de congestionamento de tráfego aéreo naquele Aeroporto, que têm ocasionado longas horas de espera a milhares de passageiros nas chegadas e partidas da Capital Portuguesa.

O adiamento de uma resposta objetiva, capaz e sustentável sob todos os pontos de vista, a esta realidade de esgotamento da capacidade aeroportuária em Lisboa, uma resposta aliás prevista e com soluções estudadas, construídas e decididas desde 2007, não pode continuar a caracterizar a postura dos decisores políticos responsáveis.

A possibilidade de utilização da Base Aérea nº 6, no Montijo como terminal aeroportuário do Aeroporto Humberto Delgado, contrariando as conclusões dos estudos realizados em 2007 e aprovados pelo Governo, encontra-se ainda em fase de estudo.



JK

Esta opção, a concretizar-se, representará no imediato o abandono do projeto para o novo aeroporto civil que sirva a área da capital, a construir por fases no Campo de Tiro de Alcochete, o qual permitiria substituir em definitivo o Aeroporto Humberto Delgado.

Neste quadro, e considerando que:

- A opção pela Base Aérea nº 6 no Montijo não é economicamente mais favorável do que a opção pelo Campo de Tiro de Alcochete (1ª fase).
- Os riscos associados ao impacto ambiental da obra são reconhecidamente mais gravosos na opção Base Aérea nº 6.
- São elevados os perigos inerentes à construção de um aeroporto no interior de um território densamente povoado.
- Permanece incógnita a garantia de eficiência dos controlos separados do tráfego aéreo de duas pistas distintas e distanciadas por poucos quilómetros.
- A opção Base Aérea nº 6 coloca seriamente em causa a saúde e integridade física das populações sobrevoadas a baixa altitude por aviões de média dimensão.
- Se registará um aumento da poluição sonora e atmosférica nas zonas habitacionais próximas da Base Aérea nº 6.
- A solução Base Aérea nº 6 se esgotará num prazo estimado de 15 anos, sem que exista qualquer possibilidade de expansão.
- A construção de um aeroporto complementar na Base Aérea nº 6 não servirá os reais interesses da região e do país.
- Em 2007, ao escolher o Campo de Tiro de Alcochete como projeto de futuro para o novo Aeroporto Internacional de Lisboa a construir faseadamente, o Governo optou por aprovar a proposta que melhor satisfaz os critérios enunciados relativos à segurança e capacidade das operações de tráfego aéreo, sustentabilidade dos recursos naturais, conservação da natureza e biodiversidade, sistema de transportes terrestres e acessibilidade, ordenamento do território e desenvolvimento.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária realizada em 28 e 29 de junho de 2018, delibera:

1. Manifestar a sua discordância pela hipótese de construção de um terminal aeroportuário do Aeroporto Humberto Delgado na Base Aérea nº 6, no Montijo.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

2. Apoiar firmemente o projeto de construção por fases de um novo aeroporto civil na localização já escolhida do Campo de Tiro de Alcochete, que substitua em definitivo o Aeroporto Humberto Delgado.”

**6.3.10** – A Senhora Deputada Municipal Eva Borges de Araújo Gomes (CDU), para apresentar a Saudação Professor Fernando Santana;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Professor Fernando Santana;

No passado dia 21 de junho, o Professor Doutor Fernando Santana terminou o seu mandato como Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, cargo que desempenhou desde 2006, naquela que é a maior instituição de ensino superior fixada em Almada e da própria Universidade Nova de Lisboa.

Assumindo também funções de Presidente do UNINOVA - Instituto de Desenvolvimento de Novas Tecnologias e Presidente do Conselho de Administração do Madan Parque de Ciência, o Prof. Fernando Santana desenvolveu um amplo conjunto de iniciativas e projetos em parceria com a Câmara Municipal de Almada, realidade que permitiu uma aproximação do meio universitário ao tecido social e económico do Município de Almada, destacando-se entre muitos outros projetos, o Madan Parque, a Agência de Desenvolvimento Local Nova Almada Velha, a Agência Municipal de Energia, AGENEAL,

Em entrevista ao Boletim Municipal de julho/agosto de 2016, o Professor Fernando Santana sublinhava que a Almada “liga-me a estreita colaboração que a Faculdade tem com a nossa Câmara Municipal, uma aposta conjunta e determinada para a cidade ser cada vez mais universitária, com tudo o que isso implica para o tecido social e económico”.

No âmbito da atividade pedagógica que desenvolveu, o Prof. Fernando Santana assumiu a responsabilidade académica por diversas disciplinas, e desenvolveu paralelamente uma intensa atividade científica nas áreas de Engenharia do Ambiente e de Engenharia Sanitária. Do seu curriculum conta a referência à autoria e coautoria de diversas publicações científicas e técnicas, a orientação científica de 12 doutoramentos e 25 mestrados, e a participação em mais de 200 júris de provas académicas.

Participou e foi responsável ainda por diversos projetos de I&D nacionais e europeus, e coordenou vários projetos para entidades oficiais, entre as quais a Câmara Municipal de Almada nas áreas da sua formação científica específica de águas e de águas residuais, resíduos e impactes ambientais.

Em 2016, reconhecendo o importante contributo que o Professor Fernando Santana assegurou, ao longo dos seus mandatos enquanto Diretor da FCT ao desenvolvimento do Concelho de Almada, a Câmara





Municipal decidiu por unanimidade atribuir a Medalha de Ouro da Cidade a este Insigne Cidadão, reconhecendo a notoriedade do desempenho nas suas funções e o seu elevado mérito social, cultural, cívico e científico.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária em 28 e 29 de junho de 2018, delibera:

1. Sublinhar a importância e significado que o trabalho de estreita cooperação institucional que foi possível construir e desenvolver, em diferentes áreas entre a Câmara Municipal de Almada e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, ao longo dos 12 anos em que o Professor Doutor Fernando Santana assumiu a Direção daquele Estabelecimento de Ensino Superior do Concelho de Almada.
2. Reconhecer os benefícios obtidos na melhoria da qualidade de vida dos Almadenses em diferentes domínios, fruto e resultado da mobilização do conhecimento científico em múltiplas áreas de intervenção municipal proporcionada pela referida cooperação institucional.
3. Saudar vivamente o Professor Doutor Fernando Santana, e expressar os mais vivos votos de êxito e felicidade pessoal na nova fase da vida que agora irá abraçar.”

**6.3.11** - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a Saudação 5º Aniversário – TKM – Universidade Sénior D. Sancho I de Almada;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação 5º Aniversário TKM – Universidade Sénior Dom Sancho I de Almada

O ensino e a aprendizagem ao longo da vida deve ser uma constante no enriquecimento e aprofundamento de conhecimentos e novos horizontes capazes de incorporar o espólio pessoal e intelectual de cada cidadão.

O mesmo ensino que começa em tenra idade, acompanha, por norma, a vida de criança, a pré e a adolescência, caminhando a partir daí para a aquisição de conhecimentos na vida adulta levando ao incremento da maturidade intelectual de conteúdos há medida que se que forma a personalidade de cada um e se diferenciam as suas tarefas e aptidões.

Todavia, esse primeiro estágio de aprendizagem não deve ter por si só, um ponto final, cabendo antes a cada um escolher o seu caminho e a vontade para aprofundar os seus conhecimentos, adaptá-los às novas realidades em constante mutação, preparando-se para as novidades, encarando a vida e as relações à sua volta de uma forma mais descontraída, ajudando a ultrapassar anseios, medos e indecisões.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Na prossecução dessas necessidades e desses objetivos as denominadas Universidades Sénior, têm hoje na sociedade e na comunidade local um papel preponderante no acompanhamento e encaminhamento desse novo e bonito ciclo da vida, onde todos aprendem e onde todos ensinam uns com os outros.

As Universidades Sénior estão para todos aqueles que com mais idade e maturidade querem prolongar a sua aprendizagem, divulgar e trocar experiências e conhecimentos, tal como o pré-escolar está para as crianças nem primeiro contacto com a escola.

O convívio, a troca de experiências, as novas oportunidades, o dar e receber, encontram nas Universidades Sénior, um espaço acolhedor e recetivo onde todos contribuem para o todo.

É reconhecendo a importância que estas escolas têm na vida do cidadão e no complemento que as mesmas oferecem às vidas de cada um, muitas das vezes, um último reduto capaz de ultrapassar ou colmatar a solidão e as vicissitudes decorrentes do normal curso da vida que, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 28 e 29 de Junho de 2018 na localidade de Almada, vem desta forma:

- 1 – Saudar todos os alunos e professores da TKM - Universidade Sénior Dom Sancho I de Almada pelo seu 5º Aniversário na figura do seu Diretor, o Sr. Coronel José Baptista Evaristo, como também pelo excelente e reconhecido trabalho desenvolvido em prol da comunidade local
- 2 – Reconhecer a importância que as Universidades Sénior, onde se incluem também a USALMA (Universidade Sénior de Almada), a ASDL, a ÚNICA e a Popular, têm junto daqueles que querem continuar a ter uma atividade permanente enriquecendo ao longo da vida os seus conhecimentos
- 3 – Recomendar que o Município reconheça as Universidades Sénior do concelho de Almada, como entidades de reconhecido Mérito e Excelência que contribuem para o enriquecimento pessoal e coletivo do concelho de Almada.”

**6.3.12** - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), para apresentar a Deliberação Assembleia Municipal Jovem de Almada;

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Assembleia Municipal Jovem de Almada;

É um dos pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático que os seus cidadãos participem ativamente na vida política e comunitária da cidade. Este é, aliás, um dos desígnios consagrados no Artigo 2º da Constituição da República Portuguesa (CRP): “A República Portuguesa é um Estado de Direito Democrático (...) visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.”.



Contudo, os resultados eleitorais dos últimos anos (55,73% de abstenção em Almada, nas últimas eleições autárquicas, por exemplo) mostram que o modelo de democracia participativa enfrenta constantes desafios. Medidas de incentivo à participação política são por isso importantes, mas talvez mais urgentes sejam aquelas que promovam a participação política dos jovens, garantindo assim que, em adultos, se mantêm empenhados na sua cidade, praticando uma cidadania ativa.

Esta é, aliás, uma das obrigações constitucionais colocadas à política de juventude, “A política de juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade” (Artigo 70º, nº2, CRP).

Para mais, é vital inverter a baixíssima confiança demonstrada, quer pela generalidade dos portugueses, quer pelos jovens especificamente, nas suas instituições representativas. Citando apenas alguns exemplos: segundo os dados do European Social Survey de 2014, a confiança dos portugueses nos partidos políticos e nos próprios políticos é baixa. Sendo as médias, numa escala cujo valor máximo é 10, de 2,24 e 2,04 respetivamente; para os menores de 30 anos são praticamente iguais, com 2,72 e 2,38 respetivamente; um estudo longitudinal promovido pela Assembleia da República (publicado em 2015) mostrou que os Portugueses têm baixa confiança nas instituições políticas, com os seguintes valores médios numa escala de 1 a 4 (Freire et al, 2015): Presidência da República – 2.1; Governo de Portugal – 1.7; Deputados – 1.8; Partidos políticos – 1.8; Parlamento – 1.9; e um estudo realizado em 2016 mostra que a confiança dos jovens na democracia é um valor médio de 5, numa escala de 1 a 10 (Camerlo & Malamud, 2016).

Importa também referir que, regra geral, a participação política dos jovens é mais provável de ocorrer quando se trata de extratos socioeconómicos mais altos (MacFarland & Thomas, 2006), o que implica necessariamente uma desigualdade naquilo que é uma componente essencial do Estado de Direito Democrático.

Por fim, importa lembrar que, embora quase todos os critérios discriminativos no que respeita ao sufrágio tenham sido eliminados, há um que se mantém: a idade. E, embora não estejamos próximos de um alargamento da idade de voto (seja ele desejado ou não), será importante procurar outras formas de garantir a uma participação cívica mais ativa por parte de muitos daqueles que ainda não atingiram a idade mínima que lhes permita o exercício do direito de votar.

A criação de uma Assembleia Municipal Jovem, a nível do concelho, é uma medida cuja implementação visa dar resposta a alguns dos problemas já descritos. À semelhança do que já se verifica noutros municípios do nosso país, a criação deste órgão, em que os jovens do ensino básico e secundário possam



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

debater as necessidades e aspirações do seu concelho, contribuí para a sua participação e interesse na vida da cidade.

Um órgão deste tipo, aberto à participação de jovens de todas as escolas do ensino básico e secundário do concelho, com um funcionamento semelhante ao de uma Assembleia Municipal, permite também dar a conhecer os órgãos autárquicos, a sua importância e funcionamento, aumentando a sua confiança nos mesmos, contribui para o aprofundamento do conhecimento dos direitos dos cidadãos mais jovens, aproxima os decisores dos problemas que efetivamente constroem a vida destes cidadãos, ao mesmo tempo que permite que estes desenvolvam uma consciência crítica quanto aos problemas que atingem a comunidade e à melhor forma de os encontrar para eles uma resolução.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 28 de junho de 2018, delibera:

1- A criação, por parte da Assembleia Municipal de Almada, em conjunto com a Câmara Municipal de Almada, e envolvendo as escolas do ensino básico e secundário, no ano letivo 2018/2019, de uma Assembleia Municipal Jovem no concelho de Almada;

2- A criação de um Grupo de Trabalho no seio da Assembleia Municipal de Almada, com um representante de cada força política, que garanta a operacionalização da Assembleia Municipal Jovem de Almada.”

**6.3.13** - A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar a Saudação Dia Municipal do Bombeiro.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Dia Municipal do Bombeiro

No passado dia 3 de junho festejou-se o Dia Municipal do Bombeiro em Almada. As homenagens serão sempre poucas quando falamos de pessoas que dão a sua vida para salvar as vidas dos outros. Fazem-no por gosto, por amor a esta profissão, por de dedicação e paixão.

Todos os dias são dias do Bombeiro, seja ele voluntário ou profissional, e isso deve ser saudado e lembrado todos os dias.

Mas saudamos também este dia porque as suas comemorações foram, este ano, marcadas pela assinatura de protocolos de parceria entre a Câmara Municipal de Almada e as três Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do nosso concelho: Almada, Cacilhas e Trafaria.

Os referidos protocolos contemplam apoios no valor de até 100 mil euros para cada Corporação do concelho distribuído da seguinte forma:



Bombeiros Voluntários de Almada:

- 1 veículo de comando
- 1 veículo de transporte de doentes não urgentes
- Aquisição proteção individual
- Reparação das instalações do quartel sede

Bombeiros Voluntários de Cacilhas:

- 2 ambulâncias de socorro
- Reparação de bomba em viatura de combate a incêndios

Bombeiros Voluntários da Trafaria:

- 1 ambulância de socorro
- 1 ambulância de transporte de doentes não urgentes

Nas comemorações deste ano foram também entregues Medalhas e Insignias Municipais de Bons Serviços pelos 10, 20 e 30 anos de serviço que distinguiram 18 bombeiros entre as três corporações.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária de 28 de junho de 2018, delibera:

- Saudar todos os Bombeiros do concelho de Almada e de todo o país pela sua bravura e coragem na entrega e dedicação aos serviços prestados às populações de Almada e de todo o território nacional.
- Manifestar o desejo de que nunca mais se repitam as tragédias que assolaram o nosso país no ano transato e que ceifaram vidas um pouco por todo o país, nomeadamente de bombeiros que, corajosamente, fizeram lhes fizeram frente.”

**6.3.14** - O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação Alienação dos terrenos da Margueira.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Alienação dos terrenos da Margueira;

No passado dia 11 de junho, em entrevista ao Jornal Público referenciada por outros órgãos de comunicação social, o Presidente da Parpública revelou que o Estado vai colocar à venda os antigos terrenos da Lisnave na Margueira (Almada), numa operação a decorrer no primeiro trimestre do ano de 2019.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Aquele responsável adiantou ainda que os referidos terrenos serão vendidos num único lote de 630 mil metros quadrados, correspondendo à solução desde sempre apontada como a mais adequada ao desenvolvimento do Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água, aprovado para aqueles terrenos.

O mesmo responsável adiantou ainda que, e citamos, "entrámos agora na fase de avaliação dos terrenos, e elaboração do caderno de encargos, que deve estar concluída até ao final do ano", fim de citação.

Trata-se de mais um passo no já longo percurso de revitalização, regeneração e refuncionalização dos terrenos onde ao longo de 33 anos funcionaram aqueles que chegaram a ser os maiores estaleiros de reparação naval do mundo.

Importa, neste quadro, lembrar, ainda que em síntese, o historial deste processo, nascido na sequência do encerramento dos estaleiros da Margueira no último dia do ano 2000.

Assumindo de forma célere e atenta a necessária resposta em termos urbanísticos ao abandono da atividade industrial naquela parcela do território municipal, a Câmara Municipal de Almada delibera a 3 de novembro de 2000, portanto ainda antes do encerramento formal dos estaleiros, o início do processo de elaboração de um Plano de Urbanização para aquela área, que viria a consubstanciar-se no Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água, como hoje o conhecemos.

Segue-se nova deliberação da Câmara Municipal em 2 de maio de 2001, relativa à abertura do concurso público internacional para elaboração do estudo de caracterização geológica e geotécnica do projeto, adjudicado em 9 de outubro de 2002 a um Consórcio internacional que integrava a equipa do arquiteto responsável pela revitalização do centro da cidade de Londres, Roger Rogers.

O trabalho da equipa responsável pela elaboração do Plano decorreu ao longo dos seguintes sete anos, desaguando na aprovação final do Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água pela Câmara Municipal em 9 de setembro de 2009, pela Assembleia Municipal em 18 de setembro de 2009, e a publicação em Diário da República em 10 de novembro de 2009.

Este novo passo agora anunciado publicamente corresponde, por isso, à consolidação de um processo de execução do projeto de requalificação urbanística dos terrenos da área da Margueira, que reconhecidamente oferece condições de excelência para o desenvolvimento económico e social do Concelho de Almada e do conjunto da região onde se insere.

É ainda do conhecimento público que existe um significativo interesse por parte de diferentes grupos económicos internacionais na aquisição dos terrenos da Margueira. Jacinto Pereira, presidente da Baía do Tejo, empresa pública que gere o espaço em causa, revelou recentemente que estão interessados neste



investimento um grupo chinês, um grupo britânico, um grupo norte-americano e dois consórcios que integram empresas portuguesas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 28 e 29 de junho de 2018, delibera:

1. Saudar a decisão do Governo de promover a alienação dos terrenos correspondentes aos antigos Estaleiros Navais da Lisnave, na Margueira, através da colocação à venda de um único lote de 630 mil metros quadrados, por constituir inegavelmente a solução que melhor garante a execução plena do Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água.
2. Reiterar a necessidade do Governo assegurar a concretização de uma justa e adequada avaliação do valor económico, financeiro e social dos terrenos em causa, bem como a elaboração de um caderno de encargos destinado ao concurso público internacional para alienação dos terrenos que salvaguarde integralmente os interesses do Concelho de Almada e das suas populações, no respeito pleno pelas regras e condicionantes constantes do Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água.”

**6.3.15** - O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar a Saudação ao piloto Miguel Oliveira.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação ao piloto Miguel Oliveira;

O piloto almadense Miguel Oliveira continua o seu brilhante desempenho na temporada 2018 na categoria de Moto2.

Miguel Oliveira, residente na Charneca de Caparica, que desde muito cedo despertou a sua paixão pelo motociclismo, obtendo logo no início da sua carreira excelentes resultados a nível internacional, fizeram com que Miguel Oliveira ascendesse a patamares elevados da modalidade a nível mundial com a entrada em 2011 na categoria de velocidade de 125cc, passando mais tarde a designar-se Moto3, onde surgiram os primeiros pódios, registos que se repetiram em 2013 e 2014.

No ano 2015 marca a ascensão do piloto de Almada nesta categoria, em representação da KTM, tendo disputado até à última corrida do GP Comunidade Valenciana o título mundial com o britânico Danny Kent, numa época registada pela primeira vitória da sua carreira na alta-roda da velocidade no GP Itália.

Precisamente em Itália, pista que começa a ser talismã para Miguel Oliveira, obtém a 3 de junho de 2018 o lugar mais alto do pódio na categoria Moto2 desta temporada, o que o coloca no 2.º lugar da geral quando estão decorridas seis provas do circuito do mundial de velocidade.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De referir que Miguel Oliveira no ano 2017 foi 3.º na geral de Moto 2, iniciou um projeto pedagógico pioneiro em Portugal – o Oliveira Cup, dirigido a jovens dos 10 aos 14 anos de idade. Paralelamente, e com o mesmo intuito, Miguel Oliveira tem ainda um papel preponderante na preparação de jovens talentos provenientes do Oliveira Cup que se iniciam no Campeonato Nacional de Velocidade, sob a chancela da Miguel Oliveira Fan Club Racing Team.

No início de 2018, foi eleito Desportista do Ano, na categoria de Atleta Masculino, pela Confederação do Desporto de Portugal, assim como nomeado Embaixador Global da Integridade e Transparência no Desporto pela Sport Integrity Global Alliance (SIGA).

Durante o Grande Prémio de Jerez foi confirmado que Miguel Oliveira iria competir no Moto GP até 2020 na equipa KTM Tech 3 com motos iguais à equipa de fábrica.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 e 29 de junho de 2018, delibera:

1. Manifestar reconhecimento e elogiar a excelente carreira desportiva do piloto almadense Miguel Oliveira, o qual prestigia o Município de Almada e Portugal.
2. Saudar o piloto Miguel Oliveira pelo início de época, desejando, simultaneamente, que as suas aspirações na alta-roda do motociclismo alcancem o desejado objetivo final na época 2018 da categoria de Moto2.”

**6.3.16** - O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE), para apresentar a Moção/Deliberação Contra o Acordo assinado pelo Governo do Partido Socialista em concertação social.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Contra o Acordo assinado pelo Governo do Partido Socialista em concertação social;

O acordo assinado pelo governo do Partido Socialista em concertação social com as confederações patronais representa um grave retrocesso em matéria de combate à precariedade. A prometida reversão das políticas promovidas pelo governo PSD/CDS em conjunto com a troika ficou-se assim pela mera retórica política, posicionamento esse que irá ter um impacto direto e profundo nos direitos dos trabalhadores e na perpetuação de desigualdades.

Neste pacote acordado na concertação social aumenta-se o período experimental de 90 para 180 dias dos contratos dos trabalhadores jovens e desempregados de longa duração, estende-se a contratação de muito curta duração de 15 para 35 dias, e mantém-se um banco de horas grupal que converte as horas extras em horas normais, pelo que a taxa de rotatividade - ideia defendida por Mário Centeno desde a primeira hora - não se aplica aos setores com maior rotação.





Esta súbita alteração da política do governo, inaceitável pelas inúmeras consequências danosas que provoca no âmbito laboral, acentua as desigualdades, desequilibra a repartição de riqueza, possibilita ainda mais a contratação a termo - que pode perdurar no tempo através de uma coima à segurança social -, reduz a retribuição dos trabalhadores, privilegia a insegurança no trabalho, perpetua a insegurança no emprego - fazendo com que os jovens continuem a não poder projetar o seu futuro no país -, fomenta a instabilidade pessoal e familiar dos trabalhadores, e põe em causa toda uma trajetória de reversão da precariedade que vem sendo garantida nos últimos anos.

Em última análise, a desincentivação da contratação coletiva não acaba com a proliferação da caducidade dos contratos coletivos face à intransigência do patronato em negociar, cujo resultado é a fragilização dos trabalhadores nos seus direitos e na luta contra a desigualdade social.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de junho de 2018, delibera:

1. Condenar o acordo assinado pelo governo do Partido Socialista em concertação social por propagar a precarização do mercado laboral, que esvazia grande parte das medidas de combate à precariedade;
2. Apelar ao governo que recuse e reverta quaisquer políticas que promovam a precariedade no mundo laboral;
3. Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras na sua busca por melhores condições laborais.”

**6.2.17** - O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação por Trabalho com Direitos.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação por trabalho com Direitos;

No passado dia 9 de junho, o País assistiu a uma grandiosa manifestação da CGTP-IN que mobilizou milhares e milhares de pessoas, muitos homens, mulheres e jovens na luta pela defesa, reposição e conquista de direitos, e por uma política que respeite os direitos dos trabalhadores e do povo.

Manifestação que foi um grande momento de convergência e unidade dos trabalhadores, dos reformados, dos jovens, dos desempregados, das massas populares, pela valorização dos salários, pelos direitos, pelo emprego, pela defesa da contratação coletiva, pela defesa dos serviços públicos, pela revogação das normas mais gravosas da legislação laboral.

Luta que se justifica cada vez mais, quando se assiste, por parte do governo, ao arrastamento da resposta necessária a problemas que era possível resolver e se adiam nos domínios da saúde, da educação e outros,



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mas também à fuga aos compromissos assumidos e até estabelecidos em Lei e quando justas expectativas dos trabalhadores são defraudadas, como é o caso da sua resistência e oposição, à reposição de direitos liquidados com as sucessivas revisões para pior do Código de Trabalho e de outra legislação laboral nos últimos anos.

Luta justa e necessária quando se avolumam sinais e práticas que indiciam uma vontade na ação governativa de uma travagem na política de reposição de direitos e rendimentos, e se adensam as apreensões em relação à sua crescente procura de convergência com PSD e CDS para garantir o essencial da política de direita em matérias e áreas nucleares da ação governativa.

Luta justa e necessária quando se mantem a caducidade da contratação coletiva e se recusa a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

Quando se pretende duplicar o período experimental, passando de 90 dias para seis meses, uma norma que o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional.

Quando se insiste em manter as chamadas adaptabilidades e o banco de horas, agora numa nova versão que permite prolongar o horário mais 2 horas por dia podendo atingir as 50 horas semanais, criando crescentes dificuldades à compatibilização da vida profissional com a vida pessoal e familiar, à saúde e à vida dos trabalhadores, e introduzindo mecanismos para minar a organização sindical.

Quando, em desrespeito pelo estabelecido na Lei do Orçamento do Estado para 2018 que estabeleceu que tem de ser considerado todo o tempo de serviço prestado pelos professores e restantes trabalhadores da Administração Pública, para efeitos de descongelamento da progressão nas carreiras, ficando apenas por discutir entre o Governo e os sindicatos o modo e o prazo em que se processa o pagamento da respetiva valorização remuneratória, tal não é feito.

Por tudo isto, a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da legislação laboral na Administração Pública impõe-se como um elemento necessário de valorização do trabalho e dos trabalhadores, pelo que saudamos a concentração convocada pela CGTP-IN para o próximo dia 6 de julho, dia da votação na Assembleia da República da legislação laboral.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de junho de 2018, delibera:

1. Saudar a luta dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos, da qual a grande manifestação do passado dia 9 de junho foi um notável exemplo.
2. Exigir ao Governo que se respeite o consagrado na Lei do Orçamento do Estado para 2018 e, assim, seja considerado todo o tempo de serviço prestado pelos trabalhadores da Administração Pública para



efeitos da progressão nas carreiras decorrente do seu descongelamento, incluindo os professores e todas as outras carreiras específicas da Administração Pública.

3. Exigir ao Governo que, em respeito aos compromissos assumidos e até estabelecidos em Lei, se prossiga com uma política de reposição de direitos e rendimentos, através, designadamente, da revogação das normas mais gravosas para os trabalhadores constantes do Código do Trabalho.”

**6.3.18** - O Senhor Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU), para apresentar a Moção/Deliberação pela melhoria da mobilidade e acessibilidade ao transporte público.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação pela melhoria da mobilidade e acessibilidade ao transporte público;

A melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade dos cidadãos, assume um papel determinante no quadro da concretização de um desenvolvimento sustentado do Concelho de Almada e da Área Metropolitana em que se insere.

Num quadro de melhoria das acessibilidades, os estudos e conhecimento atuais apontam inequivocamente no sentido da necessidade de assegurar um sistema articulado, coerente e integrado de transporte público, que garanta através de um continuado, progressivo e qualificado alargamento da respetiva oferta, uma redução significativa da utilização do transporte individual, com uma consequente redução dos impactos negativos que aquela utilização excessiva representa para o ambiente.

O estímulo, apoio e promoção da utilização de transportes públicos transporta consigo, por isso, grandes benefícios para as populações em geral e para o ambiente em geral.

Nos últimos anos, poderemos mesmo falar em décadas, assistimos contudo a um forte desinvestimento no sistema de transporte público no Concelho de Almada e em toda a Área Metropolitana de Lisboa, realidade que prejudica de forma muito intensa a qualidade da mobilidade das populações na sua vida quotidiana, tanto no que respeita às necessidades de deslocação casa/trabalho, como no que respeita às deslocações de lazer, muito dificultadas pela insuficiência das carreiras e ligações oferecidas, pelas elevadas tarifas praticadas, realidade agravada pela ausência de integração tarifária, ou ainda pela prolongada duração do tempo de viagem associada à ineficácia ou inadequação dos interfaces entre os diferentes meios de transporte público.

Importa por isso reverter o desinvestimento que tem caracterizado a realidade vivida pelas populações no que respeita à oferta de transportes públicos, garantindo o necessário investimento público em sistemas eficazes, eficientes e economicamente e ambientalmente sustentáveis, com uma gestão, exploração e funcionamento que devem ser integrados e permanecer na esfera pública.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No Concelho de Almada, a situação das ligações fluviais entre Almada e Lisboa vive um período particularmente negativo.

Assistimos a uma continuada degradação do serviço prestado pela empresa pública que assegura estas ligações, a Transtejo, colocando-se atualmente diversas questões que necessariamente nos preocupam a todos, e que exigem e justificam uma resposta urgente, designadamente:

- As sucessivas interrupções registadas nas ligações entre a Trafaria, Porto Brandão e Belém;
- As más condições dos cais de embarque em Cacilhas, frio, muito sujo e com constantes avarias na porta mecânica, e da Trafaria, particularmente pela instabilidade que afeta o piso devido à erosão provocada pelas marés;
- As condições no interior da maior parte das embarcações, muito envelhecidas, sujas, com janelas encravadas, falta de cadeiras e com casas de banho impróprias;
- As atuais limitações da oferta de transporte fluvial, com a ligação Trafaria/Porto Brandão/Belém a oferecer uma diferença mínima de 60 minutos entre barcos, chegando à hora do almoço a duas horas entre ligações;
- A desadequação dos horários praticados na ligação entre Cacilhas e o Cais do Sodré para aqueles que trabalham ao fim-de-semana e por turnos;
- A limitação de oferta de transporte fluvial que se mantém numa lógica de serviço entre Almada e Lisboa, quando é urgente desenvolver ligações entre todos os concelhos da margem Sul do Tejo – Almada, Seixal, Barreiro e Montijo.

Situações que têm implicado um aumento da utilização do transporte individual, e que urge resolver, considerando inclusivamente que se prevê a realização de obras de fundo na Ponte 25 de Abril, com os consequentes constrangimentos à circulação daí resultantes.

A estas limitações e carências ao nível do serviço prestado pela Transtejo, acresce a absoluta necessidade de reforço do investimento em equipamento de navegação através da aquisição de novas embarcações, bem como ao nível dos recursos humano, quer para o serviço marítimo, quer na área da manutenção e conservação dos navios.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 e 29 de junho de 2018, delibera:

1. Continuar a exigir a melhoria do serviço público de transportes junto das empresas prestadoras dos serviços e da tutela, reiterando a absoluta necessidade de investimento no alargamento e na qualidade



da oferta dos transportes, em defesa do inalienável direito das populações a uma mobilidade de qualidade e sustentável.

2. Instar a Câmara Municipal de Almada para que pugne junto das entidades do Estado competentes na área dos transportes, pela melhoria da mobilidade e do uso dos transportes públicos no nosso concelho e na Área Metropolitana de Lisboa.
3. Exigir, complementarmente, a introdução de medidas mitigadoras do congestionamento atualmente registado ao nível da circulação de meios de transporte individuais, designadamente a construção de nó de acesso à autoestrada A2 entre o Fogueteiro e Corroios, como reivindicado ao longo dos anos pelas populações e órgãos autárquicos –, de modo a deslocalizar milhares de automóveis do Centro Sul em Almada.
4. Exigir a abolição de portagens no IC32/A33 e Ponte 25 de Abril.
5. Valorizar o trabalho já realizado pela 6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal, no quadro da qual tem sido possível levar a diversas instâncias de responsabilidade a nível nacional, as justas reivindicações das populações pela melhoria da qualidade dos transportes públicos, em particular do serviço prestado pela Transtejo.”

**6.3.19** - O Senhor Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD), para apresentar a Saudação Estudantes do Monte da Caparica são campeões da prevenção Rodoviária.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Estudantes do Monte de Caparica são campeões da Prevenção Rodoviária;

Os estudantes da EPED - Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, no Monte de Caparica, concelho de Almada, saíram vencedores, no passado mês de maio, do desafio final do “BP Segurança ao Segundo 2018”, iniciativa que visa promover a prevenção e segurança rodoviária para estudantes do ensino secundário, através da criação de spots de vídeo.

Jovens estudantes de todo o país participaram nesta iniciativa, em equipas de 4 a 10 elementos, coordenadas por um professor, através da criação de um vídeo original que sensibilizasse para um de cinco temas: condução sob o efeito de álcool ou drogas, uso de telemóvel durante a circulação, não utilização do cinto de segurança, condução em situação de fadiga ou cansaço e velocidade excessiva.

Foi precisamente com um projeto sobre este último tema que a equipa “Acidentados”, composta pelos jovens do nosso concelho se superiorizou aos restantes quatro finalistas, ganhando o direito a ver o seu trabalho transformado num spot publicitário que, em breve, vai passar na RTP. Todos os participantes



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

tiveram ainda oportunidade de receber formação temática com especialistas e ainda com embaixadores deste projeto onde se inclui o piloto, também almadense, Miguel Oliveira.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de junho de 2018, delibera:

- Saudar calorosamente estes jovens, pelo exemplo que são de sensibilização numa causa tão importante como a prevenção rodoviária e o combate à sinistralidade que tantas mortes provoca nas nossas estradas. Que o seu trabalho seja motor do envolvimento de colegas, famílias e de toda a sociedade almadense num comportamento mais responsável ao volante.”

**6.3.20** - O Senhor Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD), para apresentar a Saudação Skaters Almadenses Bruno Senra e Tiago Pinto dominam competição.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Skaters Almadenses Bruno Senra e Tiago Pinto dominam competição;

O DC Skate Challenge by Moche é uma das principais competições do panorama nacional da modalidade, sendo composto por cinco etapas, disputadas de norte a sul do país e envolvendo os principais atletas lusos da modalidade.

A edição de 2018, viu já concluídas as duas primeiras etapas, em Loulé e Cascais, onde os skaters almadenses Bruno Senra “BP” e Tiago Pinto estiveram em grande destaque, subindo ao pódio em ambas as ocasiões. Bruno Senra venceu mesmo ambas as provas, liderando neste momento o ranking e sendo um sério candidato ao título final.

As prestações de “BP” e Tiago Pinto têm recebido rasgados elogios das publicações especializadas e reconhecimento entre os expectadores e apoiantes, fixando-se assim como dignos representantes de uma modalidade que sempre granjeou entusiasmo entre os adolescentes e jovens do nosso concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de junho de 2018, delibera:

1. Felicitar Bruno Senra “BP” e Tiago Pinto pelas suas prestações, até ao momento;
2. Desejar a melhor sorte a ambos para a próxima etapa deste circuito, que se realizará em Leiria já nos dias 30 de junho e 1 de julho, bem como para as restantes etapas: Santo Tirso (14 e 15 de julho) e Maia (8 e 9 de setembro);
3. Apelar à Câmara Municipal de Almada para que esteja atenta à prestação de ambos os jovens e analise a possibilidade de os mesmos poderem vir a participar em atividades de mobilização de outros adolescentes e jovens do concelho para a prática do desporto.”



**6.3.21** - O Senhor Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD), para apresentar a Saudação Piloto Almadense Sérgio Brás dá cartas na Taça FPAK de Ralis.

“Senhor Presidente, Senhores/as, Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação Piloto Almadense Sérgio Brás dá cartas na Taça FPAK de Ralis;

Após cinco provas decorridas, o piloto almadense Sérgio Brás, lidera a Taça FPAK (Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting) de Ralis 2018, na categoria P1, estando em segundo lugar em termos absolutos, a curta distância do primeiro, fruto das belíssimas prestações que tem realizado.

Estes resultados merecem ainda mais destaque se olharmos ao facto de a época de Sérgio Brás estar a ser de aprendizagem e novas experiências nesta competição, depois de o piloto ter sido, em 2017, campeão do Tour European Rallye 2 WD.

Aliás, na mais recente prova desta época, o almadense teve mesmo de prescindir da sua viatura habitual, devido ao atraso de algum material, prevendo-se que já possa voltar a utilizá-la na próxima prova, o Rali de Castelo Branco, estreando-a assim nos pisos de asfalto, onde poderá tentar o ataque à liderança da tabela principal desta Taça FPAK.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de junho de 2018, delibera:

1. Congratular o piloto almadense Sérgio Brás pelos bons resultados obtidos, até ao momento, na época em curso;
2. Manifestar o seu desejo de que as restantes quatro provas de 2018 possam significar a continuidade deste percurso, levando Sérgio Brás a um excelente resultado final e talvez mesmo à vitória em termos absolutos na Taça FPAK de Ralis 2018;
3. Saudar toda a equipa e patrocinadores do piloto almadense pelo apoio que lhe prestam, fundamental aos bons resultados apresentados.”

**6.3.22** - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Galdes (CDU), José António Rocha (BE), António Salgueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Ivan Gonçalves (PS), Sandra Branco Duarte (PAN) e Ana Salvado (PS).

**6.3.22.1** – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, para dar o sentido de voto dos documentos que a CDU não votará favoravelmente, ou então, votando favoravelmente, gostaria de deixar aqui algumas notas.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Começamos pelo Prémio ao Hospital Garcia de Orta apresentado pelo Partido Socialista. A CDU vai votar favoravelmente a proposta, mas sublinha que há um longo, longo caminho a percorrer para melhorar o atendimento dos utentes do Hospital Garcia de Orta. Importa lançar urgentemente as obras que estão comprometidas, importa também construir o Hospital no Seixal, e é necessário reforçar a capacidade técnica, e sobretudo humana, dos diferentes serviços do Hospital Garcia de Orta. Para além destes prémios, que saudamos, importa que o Hospital Garcia de Orta saia da lista negra dos hospitais portugueses, relativamente às queixas dos utentes. Votamos a favor de qualquer forma.

Relativamente à recomendação no acesso à habitação proposta pelo Bloco de Esquerda, a CDU vai abster-se. A Lei está publicada, e está em vigor. Obviamente, não nos passa pela cabeça, recomendar à Câmara Municipal, que cumpra a Lei. Por outro lado, a CDU entende, como já aqui expressou noutra oportunidade, que o importante, e verdadeiramente importante e decisivo, é a revogação da Lei das rendas, conhecida por Lei Cristas, e a garantia de uma lei de bases da habitação, que imponha ao Estado, a assunção das suas responsabilidades, constitucionais e legais, relativamente à resolução do problema da habitação no país.

Relativamente à proposta do PSD sobre as Avenidas da Liberdade e Bulhão Pato, a CDU não se revê, em absoluto, nos considerandos. São falsos. As afirmações que lá são feitas são falsas, houve durante os mandatos anteriores, múltiplos processos de planeamento para a área da Trafaria que não avançaram por razões e vicissitudes que todos conhecemos. O que propomos é que o PSD reveja e altere os considerandos. Se não o fizer, o que solicitamos é que seja votada apenas a parte deliberativa da proposta, com a qual concordamos.

Relativamente à recomendação sobre alimentação de animais na rua do PAN, a CDU vai votar favoravelmente a proposta, valorizando o trabalho de aprofundamento que o PAN fez relativamente a esta proposta, tendo em conta uma proposta semelhante apresentada no mandato anterior. Gostaríamos, no entanto, de deixar aqui registada uma chamada de atenção que tem a ver com o seguinte: esta proposta é apresentada, fundamentalmente, em torno da necessidade de assistir a animais abandonados. O que nós chamamos à atenção é que deve ser garantida na alteração que for feita ao Regulamento, que de modo algum e no reverso da medalha desta assistência aos animais abandonados, isto possa servir, de alguma forma, de algum incentivo ao não abandono de animais por cidadãos menos conscientes.

Finalmente, relativamente à proposta do Partido Socialista sobre a Assembleia Municipal Jovem. Lamento Senhor Deputado Ivan Gonçalves, a CDU irá votar contra a proposta apresentada. Esta proposta reduz a expressão do Fórum Municipal da Juventude, que existe e que o PS quer acabar. Um espaço abrangente de participação da juventude e não apenas de estudantes do Ensino Básico e Secundário. Por outro lado, existe já há largos anos no nosso Concelho, um parlamento dos pequenos deputados, realizado no âmbito





do projeto Agenda Local 21 da Criança, cujo âmbito podia perfeitamente ser alargado, e integrar as preocupações que esta proposta, que o Partido Socialista aqui nos traz, traduz. Importa para além disso saber, em que quadro legal e regulamentar irá ser estruturado este “órgão”, porque uma Assembleia Municipal é algo concreto, definido e enquadrado pelas Leis. Será uma Assembleia Municipal Jovem eleita? Haverá candidaturas? Qual será o modelo?

Finalmente, importa assegurar que Comissão Permanente desta Assembleia, que tem responsabilidades pela juventude, e a própria Assembleia Municipal, faça bem o seu papel de estímulo à participação dos jovens. Porque não será certamente a pôr jovens a imitar os adultos, que o problema da sua participação cívica será resolvido.”

**6.3.22.2** - O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, não nos iremos alongar muito, iremos apenas falar das moções, que não votamos favoravelmente.

Começo pela moção/deliberação “Pela construção do novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete”. O Bloco de Esquerda entende que é uma questão complexa, com aspetos técnicos e políticos que não devem ser ignorados, nem simplificados, sob pena de, levemente, tomarmos decisões estratégicas para o País, Distrito e populações, económicas, ambientais, sociais, segurança, etc. Deveremos estar na posse de todos os dados. Não estamos. Falta o estudo de impacto ambiental. Quando tivermos todos os dados, de forma responsável, o Bloco de Esquerda tomará a posição que melhor defenda os interesses da população, do Distrito e do País. Neste caso iremos abster-nos nesta moção.

Em relação à saudação do Hospital Garcia de Orta, “Pelo Prémio Internacional de Melhoria de Qualidade”, nós sugerimos ao Partido Socialista que votássemos em separado. Justificando desde logo, o reconhecimento o mérito deste prémio atribuído ao Hospital Garcia de Orta, não podemos nem de longe, nem de forma alguma desvalorizar, e é um prémio que visa também e sobretudo, o excelente desempenho que todos os profissionais da saúde, e permitam-me aqui enaltecer mais uma vez, o extraordinário, fantástico, Serviço Nacional de Saúde que temos, porque de facto, tem resistido a tantos ataques, tem resistido a um enorme desinvestimento nos últimos anos, e não temos a menor dúvida que é também muito graças a estes excelentes profissionais, no caso concreto do Hospital Garcia de Orta, mas no Serviço Nacional de Saúde.

Em relação ao segundo ponto. Não obstante o reconhecimento dos excelentes profissionais, não obstante o reconhecimento de algumas melhorias no desempenho do Hospital, o Bloco de Esquerda não se revê de forma confortável, num posicionamento no voto a favor neste segundo ponto, porque entendemos



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que ainda existem muitas lacunas, muitas carências, nomeadamente a nível de equipamento, a nível do número de profissionais, e como tal iremos abster-nos nesse segundo ponto.”

**6.3.22.3** - O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à saudação apresentada pelo PS sobre o prémio atribuído ao Hospital Garcia de Orta, votaremos a favor.

Votaremos igualmente a favor a recomendação do Bloco de Esquerda, sobre o programa de apoio ao acesso à habitação. Deixando também claro, que gostaríamos de ver este problema resolvido no mais curto espaço de tempo, significando com isso, que defendemos um verdadeiro plano de irradicação de barracas, tendo por base uma nova política de habitação Social, e sem novos fenómenos de exclusão.

Temos algumas dúvidas sobre a moção do PAN que recomenda que a Câmara Municipal crie um banco de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidade temporária, já que acreditamos que a autarquia não está vocacionada para esta atividade. Julgamos sim, que a autarquia tem a obrigação de apoiar as Instituições de Solidariedade Social que prestam estes serviços às pessoas necessitadas, mas já o faz, e deverá continuar a fazer, dando resposta também nesta questão dos produtos de apoio.

No que se refere à recomendação do PAN, sobre a alimentação de animais de rua, votaremos a favor, mas dando conta que não se pode permitir a continuidade do que algumas pessoas fazem ao alimentar os animais. Deixando o espaço público todo sujo, pelo que têm que ser encontradas soluções que acabem com esta situação.

Sobre a recomendação da criação de um regulamento municipal do arvoredado de Almada, votaremos igualmente a favor, mas dando nota que já se encontra em fase de elaboração por parte da Câmara Municipal um projeto, que até foi sugerido pelo Senhor Vice-Presidente, Dr. João Couvaneiro.

No que respeita à saudação apresentada pela CDU, ao Professor Santana, votaremos também a favor.

Votamos também a favor da saudação apresentada pelo CDS-PP, sobre o 5º aniversário da Universidade Sénior D. Sancho I de Almada.

Votaremos igualmente a favor da saudação do PS sobre o Dia Municipal do Bombeiro, e da deliberação sobre a Assembleia Municipal Jovem de Almada, mas aproveitamos para solicitar à Câmara Municipal, informação de como é que está a constituição do Conselho Municipal da Juventude, que também a Assembleia Municipal aprovou uma proposta nesse sentido.

Votaremos a saudação da CDU ao piloto Miguel Oliveira respeitante à temporada em curso.



Votaremos também a proposta da CDU sobre a alienação dos terrenos da Margueira.

Já no que respeita à moção da CDU sobre o Aeroporto em Alcochete, iremos votar contra. Porque o PSD há muito defende a solução da instalação do Aeroporto complementar na Base Aérea nº 6 do Montijo, pois consideramos que este é um projeto que não só defende o interesse nacional, como constituirá um motor de desenvolvimento para toda a Região de Setúbal. Reputamos inclusivamente, que esta será a melhor solução técnica, e que permite a manutenção do Aeroporto em Lisboa. Representando também um investimento significativamente mais baixo do que a solução preconizada pela CDU. Por outro lado, uma infraestrutura desta natureza traz sempre a criação direta de inúmeros postos de trabalho, e, sendo um equipamento considerado âncora, permitirá também um grande acréscimo de atividade económica, e igualmente a criação de muitos mais postos de trabalho indiretos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitamos a votação separada do ponto número três da moção da CDU sobre a melhoria da mobilidade e acessibilidade ao transporte público.

Sobre o voto de repúdio do Bloco de Esquerda, votaremos contra, assim como a moção sobre o acordo assinado da concertação social.

Votaremos também contra a moção da CDU sobre o trabalho e a manifestação do dia 09 de junho.

Já no que se refere à moção do Bloco de Esquerda sobre os Professores, informo que ficaremos pela abstenção.”

**6.3.22.4 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, aproveito a oportunidade para o CDS-PP deixar aqui algumas clarificações e sentido de voto relativamente a estes documentos hoje apresentados.

No que respeita ao Bloco de Esquerda, o CDS-PP irá votar a favor da moção sobre o acesso à habitação, e irá abster-se nas restantes moções.

No que diz respeito à CDU, o CDS-PP irá votar a favor do voto de saudação ao Professor Fernando Santana e sobre os terrenos da Margueira, relembrando aqui aquela que será a necessidade premente de requalificação daquele que é um território de excelência neste mesmo Concelho, um território que tem a sua história relativamente à importância que teve não só para Almada como também para o País, e que de futuro que seja também, novamente, um território de referência do desenvolvimento e da modernidade que o concelho bem precisa.

Relativamente à saudação a Miguel Oliveira, o CDS-PP irá votar favoravelmente, relembrando também a importância, e já que temos um campeão, aliás temos mais, nesta matéria dos desportos motorizados, e



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

temos um grande historial de campeões neste mesmo Concelho, seria também oportuno que estas questões que tenham a ver com automobilismo, com motocross, nomeadamente aquela exigência que desde há muito, que é uma pista de motocross no nosso Concelho, em segurança e com condições para que possamos também dinamizar, e fundamentar mais campeões no concelho de Almada.

No que respeita à moção apresentada sobre “Trabalhadores com Direitos”, como é evidente estamos a favor dos direitos dos trabalhadores, não nos revemos é neste documento panfletário, com todo o respeito para a CDU, não nos revemos e vamos votar contra.

Já no que diz respeito à mobilidade e acessibilidade, o CDS-PP irá votar favoravelmente este mesmo documento, lembrando também aquele que tem sido o trabalho profícuo de todas as bancadas, nomeadamente na 6ª Comissão, e que com certeza irá dar frutos, mas no ponto três da parte deliberativa, na parte final onde diz: “a abolição de portagens no IC 32, na A33, na Ponte 25 de Abril, meus Senhores temos que ser responsáveis, e não deixa de ser curioso que quem pede a abolição das portagens, foi exatamente quem implementou a ECALMA neste mesmo Concelho, e que obrigou a quem usa carro a pagar essa taxa.

No que respeita às moções apresentadas pelo PSD, saudar, o CDS-PP irá votar favoravelmente todas as moções.

No que diz respeito às moções do PS, também o CDS-PP irá votar favoravelmente, tem apenas aqui uma outra questão que gostaria de clarificar. Na questão da Assembleia Municipal Jovem, que é bem-vinda e saudamos também esta iniciativa por parte do Partido Socialista, de qualquer forma aquilo que o CDS-PP pergunta é se se vai confinar apenas os estudantes, às escolas, ou se está prevista, mediante aquele que vai ser um trabalho de grupo que vai dar continuidade a esta mesma proposta, se estará previsto estar aberto outro tipo de associações de juventude.

No Dia Municipal do Bombeiro, mais uma moção que merece todo o apoio por parte do CDS-PP, inclusivamente o CDS-PP ao longo desta legislatura autárquica, irá apresentar outras ideias para fomentar, neste caso, a qualidade do exercício dos nossos Bombeiros.

Ainda no Prémio ao Hospital Garcia de Orta, votar também favoravelmente, aliás, este prémio tem sido recorrente e ainda bem, mas lembrar que nem tudo está bem na saúde, antes pelo contrário.

As moções do PAN, são também bem-vindas e o CDS-PP irá votar favoravelmente as três moções.”

**6.3.22.5 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Relativamente à moção "Assembleia Municipal Jovem", e às reservas que a CDU colocou, importa esclarecer várias coisas. Em primeiro lugar, este órgão tem pouco a ver com aquilo que se passa hoje no Fórum Municipal de Juventude, sendo certo que se há órgão que carece de enquadramento legal, é o Fórum Municipal de Juventude. Aquilo que nós pretendemos é que em Almada se cumpra a Lei, que seja criado o Conselho Municipal de Juventude conforme está nas Grandes Opções do Plano, conforme também foi aprovado nesta Assembleia Municipal, e temos toda a confiança que é esse o caminho que a Câmara vai fazer. Mas isso falamos de uma coisa diferente, o Conselho Municipal de Juventude pretende ver nele representado associações juvenis do Concelho. Associações juvenis, juventudes partidárias, no cumprimento e no estrito cumprimento da Lei, coisa aliás, que o anterior executivo e os anteriores executivos, nunca fizeram. Aquilo que se pretende com a criação de uma Assembleia Municipal Jovem, sendo certo que é aquilo que a moção propõe, é que o funcionamento seja debatido e amplamente consensualizado. É por isso que nós fizemos até uma alteração à proposta, no sentido de que fosse previsto que existisse um representante de cada partido, precisamente para que a criação deste órgão seja objeto de um amplo consenso. É no sentido de permitir que os jovens se possam familiarizar com aqueles que são os mecanismos da democracia representativa, que é um bocadinho diferente, ou o que é um pouco diferente, de estar a imitar os adultos, pelo simples facto de que necessariamente os jovens não participam nesse "jogo" que é a democracia representativa, devido à limitação do facto de não poderem votar quando têm menos de dezoito anos. Portanto, aquilo que se pretende, é que os jovens nas escolas, possam também eleger os seus representantes, e num fórum, chamando-lhe aqui fórum, mas não confundir com o Fórum Municipal de Juventude, num fórum que é a Assembleia Municipal Jovem, possam também ver as suas aspirações e as suas propostas serem reconhecidas.

Agora, o modelo e respondendo à pergunta que o Senhor Deputado Municipal do CDS-PP nos faz, o modelo é obvio que tem que ser alvo de um consenso, é precisamente por isso que nós deixamos na moção, em aberto, aquilo que deve ser depois o trabalho que devemos em conjunto consensualizar. Porque também há uma coisa que acho que todos podemos conceder, que é a que lógica das imposições sobre aquilo que é estratégia que a Câmara e os Órgãos Autárquicos vinham seguindo em Almada, hoje em dia não existe, e, portanto, aquilo que existe é uma lógica de tentar envolver todas as forças políticas no trabalho que se vai fazendo, e nestas causas achamos que isso é indispensável.

Apenas duas notas, nós votaremos favoravelmente a maioria das moções, logicamente, temos uma reserva quanto à moção sobre a mobilidade apresentada pela CDU, no ponto três, e é uma reserva que já foi também manifestada nesta Assembleia, nós estamos de acordo com a construção do nó da A2, não podemos estar de acordo com a abolição das portagens no IC 32, na A33 e na Ponte 25 de Abril, não porque não desejássemos de ter que pagar essa tarifa cada vez que nos deslocamos a Lisboa,



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

especialmente para todos aqueles que trabalham em Lisboa, mas porque também sabemos, por um lado, que há questões de sustentabilidade que têm que ser acauteladas, e depois, também porque existem concessões que estão firmadas, e Portugal é um Estado de Direito e portanto essas concessões têm que também ser respeitadas. É verdade que eu acho que podemos debater, e podemos até vir a adotar posições no sentido da redução destas mesmas tarifas, agora, de um dia para o outro, pedir a abolição destas portagens, achamos que é no mínimo demagógico.

Quanto à moção sobre a alienação dos terrenos da Margueira. Apenas fazer uma nota, esta moção que foi apresentada pela CDU merece toda a saudação por parte do grupo de Eleitos do Partido Socialista, sendo que, este é um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, que será agora consumado pelo Governo da República, mas que necessariamente envolveu também os vários executivos da Câmara Municipal de Almada, no sentido de criar um projeto que possa dinamizar aquela zona da nossa Cidade, que é no fundo aquilo que mais nos mobiliza, e que nos pode deixar mais contentes sobre aquilo que é o futuro do nosso Município.”

### **6.3.22.6 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O PAN acompanha a recomendação e votos de saudação do PSD, assim como os documentos propostos pelo Bloco de Esquerda.

Também votará a favor dos votos de saudação da CDU, assim como das moções apresentadas, exceto a moção “pela construção do novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete”, em que o PAN irá abster-se. E essencialmente as razões são mais ou menos as apresentadas pelo BE. Vou aqui um pouco à boleia relativamente aos argumentos.

Quanto aos documentos apresentados pelo PS, acompanhamos, referindo que, relativamente ao voto de saudação ao Hospital Garcia de Orta, mais uma vez acompanhamos as considerações tanto do BE como da CDU, para dizer que não se deve esquecer a urgência a construção de um hospital público no Concelho do Seixal é essencial e deverá continuar a constituir uma prioridade, chamando atenção para as carências sentidas no Hospital Garcia de Orta.

Finalmente, quanto ao voto de saudação apresentado pelo CDS-PP, e após termos esclarecido um aspeto importante do ponto um, também votaremos favoravelmente.”

### **6.3.22.7 – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Apenas para fazer um complemento às palavras do meu colega Ivan Gonçalves, solicitar à autora da recomendação nº 7, que baixe à Comissão, portanto, diria à 5ª Comissão, para poder aí ser debatido em profundidade aquilo que é proposto. A forma como é proposto, não nos permite neste momento ter uma posição consolidada e, portanto, deixava esta proposta ao PAN.”

**6.3.22.8 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas porque houve um ponto a que eu não fiz referência, sobre a moção da mobilidade, apresentada pela CDU, a nossa proposta que pode ou não ser aceite pela CDU, é que se o ponto três for desdobrado em dois, nós podemos votar favoravelmente a questão do nó, mas votaremos contra o ponto referente às portagens, se tal não for termos que votar contra o ponto três.

Fazer apenas também mais uma consideração, se o senhor Deputado do CDS-PP conceder, é que na saudação à Universidade Dom Sancho I, é que no ponto dois, seja reconhecido o papel que as Universidades Sénior, ÚNICA, ASDL e Popular, desenvolvem no nosso Concelho.”

**6.3.22.9 - O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Com certeza, Senhor Deputado, o CDS-PP aceita a sugestão.”

**6.3.22.10 - A Senhora Deputada Municipal Sandra Duarte (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo em conta a proposta do PS em baixar à Comissão a nossa recomendação, e tendo em conta que o PSD iria votar contra, ou vai votar contra, não tenho outro remédio a não ser aceitar. Aceito.”

**6.3.22.10 - O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, eu sei que não temos tempo, mas como fomos questionados diretamente pelo Senhor Deputado Ivan Gonçalves, gostaríamos de responder. Sim senhor, nós aceitamos que o ponto três da nossa moção seja desdobrado em dois, e, portanto, separar a questão da abolição das portagens da questão do Nó na A2.”

**6.3.23 - Usaram ainda da palavra o Senhor Vereador Miguel Salvado e o Senhor Vice-Presidente da Câmara.**

**6.3.23.1 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:**



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação à questão da Trafaria, é muito simples. Aquilo que nós estamos a pretender fazer, neste momento, é olhar um pouco para aquelas duas vias, e tentar dar algum arranjo também urbanístico, de forma a ordenar o estacionamento. São duas vias estruturantes da Trafaria, e achamos, até pela dinamização que também queremos cada vez mais, que aquele território tenha, que é necessário dar ali algum arranjo ao nível do estacionamento e ordenar aquele espaço. Porque aquilo que estávamos a referir, e que nos referimos nessa moção, e é uma iniciativa que a Câmara pretende vir a acautelar é exatamente isso. É em relação aquelas vias, porque realmente é verdade, não tem havido a preocupação, e não houve a preocupação de tentar dar outras condições a quem lá mora, e a quem usufrui daquele espaço.”

**6.3.23.2** – O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente e porque também a hora já vai longa, gostaria de fazer aqui, sem ser absolutamente exaustivo, mas gostaria de naturalmente de nos associarmos aos votos de pesar e aos votos de saudação, que nos parecem que são justos.

Relativamente à proposta do Bloco de Esquerda quanto ao programa “Primeiro Direito”, estamos já a trabalhar nesse sentido, e aproveito para informar que o trabalho que está a ser feito é no sentido de reabilitação de património, que neste momento não se encontra em condições para ser utilizado pelas pessoas, e que é também um esforço de concertação entre os vários detentores de património destinado à habitação social que temos no Concelho, articulação que não tem existido efetivamente nos últimos tempos. Há uma preocupação que desde já nos norteia, que é evitar espaços de segregação e tanto quanto possível, criar nas respostas que encontrarmos, contextos de inclusão para que não se criem zonas só para pessoas com mais fragilidade social, económica e outras zonas para pessoas com outras condições. Portanto, este trabalho está a ser feito.

Relativamente às questões que o PAN levantou aqui dos animais, está a ser preparada uma campanha de prevenção, de sensibilização contra o abandono de animais, nunca é demais sublinhar este tipo de cuidados, e esta função educativa que temos que ter enquanto Cidade, mas naturalmente, parece-nos que estas coisas já deviam de estar perfeitamente integradas naquilo que é a consciência cívica de todos, infelizmente não estando, estamos a trabalhar nesse sentido.

A questão que foi aqui referida a propósito das árvores e da vegetação. Com efeito, como foi referido pelo PSD, foi proposto um programa de classificação de árvores que queremos classificar como património municipal, árvores que pela sua singularidade, pelo caráter que têm no imaginário e na importância para





os Almadenses, merecem ser consideradas como qualquer outro elemento patrimonial, e, portanto, aqui o nosso esforço é no sentido desta classificação. Adicionalmente, as questões que são ditas quanto às podas, o cuidado a ter no tratamento de vegetação que temos no nosso Concelho, é qualquer coisa que também preocupa os serviços. Bom seria, e estamos a trabalhar no sentido de promover, no ano a seguir a um ano absolutamente trágico para o país de incêndios, promover uma política de florestação de alguns espaços do Concelho, que podem acolher uma mancha arbórea com expressão, espaços para os quais não existe projeto, que são terrenos que tenham condições para acolher esse tipo de plantação, e esse trabalho está a ser feito, e pensado, com o Vereador Nuno Matias que está ausente.

A questão dos refugiados que aqui foi trazida, é uma questão que nos preocupa a todos, acho que estamos todos sensíveis. O tom, eventualmente, não é confortável para todos, não nos revemos na forma como as questões são colocadas, mas de certeza que nesta Assembleia todos lutam pela dignidade humana, o Governo ainda há dias deu nota desse compromisso, mostrando-se disponível para acolher um barco, que de novo estava a ser recusado noutros portos Europeus.

A questão trazida pelo CDS-PP, a saudação à Universidade Sénior, nós naturalmente, consideramos que é muitíssimo pertinente. O Executivo Municipal está a desenvolver um trabalho com as Universidades Sénior, de promoção da intergeracionalidade colocando, e convidando alguns destes Seniores para trabalharem com escolas onde temos crianças com algumas dificuldades, ou possam apresentar riscos de insucesso. As questões da aprendizagem ao longo da vida e da educação permanente, são para nós absolutamente prioritárias, e sinal disso, é que vamos acolher, não amanhã, mas na sexta-feira seguinte, o IV Seminário Nacional de Educação de Adultos, que se vai realizar no nosso Concelho, com a presença dos Senhores Secretários de Estado da Educação, e também do Emprego.

A proposta do PS, para a Assembleia Municipal Jovem. Nós vemos com bons olhos todas as medidas que visem a participação cívica, e que promovam a participação cívica dos jovens, e eu deixava também aqui um desafio, que já foi conversado entre nós, nesta pausa, eventualmente a possibilidade de pensarmos na realização de uma destas Assembleias, em dia hora que pudesse ser assistido pelos jovens do nosso Concelho, porque nos parece que isso também poderia ser interessante como projeto e esforço educativo, numa Cidade Educadora como a nossa.

A saudação à alienação dos terrenos da Margueira. De facto, o atual Executivo está muitíssimo empenhado em ativar todas as zonas do território que se encontrem abandonadas, que careçam deste tipo de intervenção, estamos muito ativamente, e exemplo disso, é a ida da Senhora Presidente da Câmara Municipal à Coreia do Sul, na sequência de reuniões que tivemos com o Senhor Embaixador da Coreia do Sul, aqui no nosso Município. Portanto, estamos muito empenhados em valorizar uma série de áreas do nosso território, a Margueira, a Romeira, o Ginjal, a Arealva, o Porto Brandão, a Trafaria, que são



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

territórios que merecem, como todos os outros, mas estes onde há situações de algum abandono sobre o qual temos que intervir.

A questão da saudação às competições e aos atletas que praticam skate no nosso Concelho, gostaria de dar nota que Almada vai realizar em setembro, a 1ª Taça de Portugal de Skate, e, portanto, é uma iniciativa em que esta saudação não só nos revemos, como estamos a trabalhar proativamente para promover este tipo de atividade desportiva. E também, quando foi referida a moção sobre o rally, gostaria de dar nota, que em outubro, vamos exatamente nos terrenos da Lisnave, realizar o 1º Almada Extreme Sprint, atividade também dos desportos motorizados, que decidimos realizar nos terrenos da Margueira, exatamente para também, não só promover este tipo de atividades, de desporto motorizado, tentando que o impacto sobre as populações seja o menor possível, e, portanto, realizá-lo neste contexto. E no dia seis de julho, será filmado o vídeo promocional deste evento, vídeo este que vai ser depois divulgado por diversos órgãos de comunicação.

De alguma forma associamo-nos a estas moções e queremos dar nota daquilo que estamos a fazer para concretizar aquilo que está no espírito destas moções.”

### **6.3.23.3 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, dar mais algumas notas em relação a outras moções, em particular algumas que nós não podemos acompanhar, e desde logo, porque algumas delas contêm aquilo que se pode chamar algumas inverdades.

Nomeadamente, no que toca à moção “Palavra dada, palavra honrada”, que omite grande parte daquilo que é a frase que está presente no acordo que foi celebrado entre, aliás, no acordo não, no compromisso que foi celebrado entre o Governo e os Sindicatos, que começou por ser um compromisso para uma primeira aproximação, e que diz que, afim de mitigar o impacto do congelamento que agora cessa, esse compromisso foi estabelecido. E esse compromisso é estabelecido em três parâmetros, sobre o tempo, sobre o modo e sobre o calendário em que essa mesma reposição aconteceria. E, nesse compromisso está claramente explícito, que o tempo a recuperar não estava definido à partida na negociação, porque senão não estávamos a falar de um compromisso, mas sim de um acordo. É por isso mesmo, que agora, esta moção nos parece profundamente desequilibrada, porque a proposta que o Governo faz aos Sindicatos, no sentido também de chegar a um entendimento, é de recuperar os tais dois anos, nove meses e dezoito dias, que é o equivalente aquilo que foi a recuperação que as outras carreiras da função pública tiveram. Ainda assim, o processo negocial está em aberto. Aquilo que acontece neste momento é que há um impasse, porque o Governo não teve, e isso é público, nenhuma resposta por parte dos Sindicatos. E,



portanto, parece-nos essencial garantir não só a sustentabilidade das carreiras, mas também termos a perfeita noção que a proposta do Governo já contempla um aumento de verbas que vai próximo dos 600.000.000€ (seiscentos milhões de euros), e que pode ser aumentado ainda para outros 600.000.000€ (seiscentos milhões de euros), ou seja um total de 1.200.000.000€ (mil e duzentos milhões euros), sendo que este valor não é pago apenas de uma só vez, mas todos os anos terá que ser incrementado consoante as carreiras dos docentes que vão sendo descongeladas. E, portanto, aquilo que é falso, e que não corresponde à realidade nesta moção, é que tenha existido alguma vez, um compromisso da parte deste Governo, no sentido de repor as carreiras na íntegra. Isso não existiu, não existe no programa do Governo, não existe na Lei do Orçamento do Estado e não existe no compromisso que foi estabelecido entre o Governo e os Sindicatos. É uma manifestação que é também resultado, aliás, complementa aquilo que é a outra moção relativa ao pacote laboral, que tem necessariamente coisas que precisam de ser melhoradas, mas que resultam de um consenso que foi conseguido, de um consenso não, de um acordo que foi estabelecido na concertação social, um órgão que diz muito ao Partido Socialista, e que diz muito a qualquer Social Democrata, porque também entendemos que é aí, na concertação entre patrões e trabalhadores, que se pode garantir que há os maiores avanços junto das condições laborais. Basta aliás perceber, como nalguns países mais desenvolvidos do mundo, estas relações se fazem. E, portanto, se é verdade que este pacote laboral pode vir a ser melhorado, é também verdade que elimina por exemplo, dois requisitos para contrato a prazo, o facto de ser jovem à procura de primeiro emprego, ou de ser desempregado de longa duração, deixa de ser condição para ter um contrato a prazo. É verdade que deixa de permitir que as renovações vão para além do tempo da primeira contratação por exemplo, e é verdade também, que os estágios passam a contar para o período experimental. E, portanto, não é verdade que este acordo que foi conseguido entre trabalhadores e entre patrões, esteja ou que seja fundamentalmente no sentido de aumentar a precaridade. Tem instrumentos que permitem reduzir a precaridade, e tem que ser necessariamente alvo de um consenso parlamentar, que depois de ter sido conseguido em sede de concertação social, deve agora passar necessariamente, para aquele que é o estabelecimento desses mesmos consensos parlamentares. Ainda assim, aquilo que nos parece, é que ainda há uma certa necessidade, para que este final de legislatura seja marcado por algum estabelecimento de diferenças entre os Partidos que apoiam esta solução de Governo, um Governo que existe apenas porque tem esse apoio parlamentar dos Partidos mais à Esquerda, e daquilo que é constante nas posições conjuntas. E, portanto, a criação destas pseudo crises artificiais que pudessem alimentar algum folhetim para as eleições de 2019 é algo em que o Partido Sociais não embarcará. E, portanto, estas negociações seguirão tanto uma como a outra, aquilo que é o seu tramite natural.

Quanto à questão do Aeroporto do Montijo, muito sucintamente, dizer, que também votaremos contra, porque nos parece que o que é mais importante neste momento, é que o Aeroporto seja feito, aquilo que



## **MUNICIPIO DE ALMADA** **Assembleia Municipal**

os estudos indicam, é que é o Aeroporto no Montijo que tem todas as condições para se começar a elaborar o mais rapidamente possível com um menor custo do que qualquer outra solução, o que vem dar razão também aquilo que era a proposta que o Partido Socialista tinha feito em 2007, no sentido de que Lisboa precisa de ter um novo aeroporto, isso hoje é uma evidência, e, portanto, esta solução do Montijo, sendo a mais rápida, que envolve menos custos e permite uma utilização simultânea com o Aeroporto Humberto Delgado, é aquela que nós achamos que neste momento melhor satisfaz as populações, e assim sendo, não podemos acompanhar a proposta que vai no sentido de criar mais obstáculos à criação e à construção desta infraestrutura.”

**6.4** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

**6.4.1** – A Saudação ao Hospital Garcia de Orta pelo Prémio Internacional de Melhoria da Qualidade foi votada ponto por ponto, tendo o ponto 1 sido aprovado por unanimidade e o ponto 2 sido aprovado por maioria com 33 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 13 dos Senhores Deputados Municipais da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD, 1 do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN e 4 abstenções dos Senhores Deputados Municipais do BE.

**6.4.2** – A Recomendação pela urgente elaboração duma estratégia local ao abrigo do 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – DL nº 37/2018, de 4 de junho foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE, 1 do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN e 13 abstenções dos Senhores Deputados Municipais da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal.

**6.4.3** – A Moção Pela Requalificação das Avenidas da Liberdade e Bulhão Pato na Trafaria foi votada separadamente, tendo a parte dos considerandos sido aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE, 1 do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN e 13 votos contra dos Senhores Deputados Municipais da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, e tendo a parte deliberativa sido aprovada por unanimidade.



**6.4.4** - A Recomendação Criação de um banco de empréstimo de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou incapacidades baixou à 5ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal.

**6.4.5** – A Recomendação Alteração do artigo do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada que define a proibição de alimentação de animais de rua e criação de postos uniformizados de alimentação foi aprovada por unanimidade.

**6.4.6** – A Recomendação Criação do Regulamento Municipal do Arvoredo de Almada foi aprovada por unanimidade.

**6.4.7** – A Moção Palavra dada palavra honrada foi aprovada por maioria com 18 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais da CDU incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN, 6 abstenções, sendo 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD e 1 do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, e 13 contra dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal.

**6.4.8** – O Voto de Repúdio pelo respeito às populações imigrantes, por uma resposta de acolhimento de pessoas refugiadas, pelo repúdio às políticas xenófobas foi votado ponto por ponto, tendo os considerandos e os pontos 1 e 3 sido aprovados por maioria com 31 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 13 dos Senhores Deputados Municipais da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE, e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN, 5 votos contra dos Senhores Deputados do PSD e 1 abstenção do Senhor Deputado do CDS-PP; o ponto 2 foi rejeitado por maioria, com 18 votos contra, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal e 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD e 18 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN e 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal do CDS- PP, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usado do voto de qualidade, contra a proposta.

**6.4.8.1** – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para anunciar que apresentaria uma declaração de voto por escrito.

(Não foi entregue nenhuma declaração de voto)

**6.4.9** – A Moção/Deliberação Pela construção do novo aeroporto de Lisboa em Alcochete foi rejeitada por maioria com 19 votos contra, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os



## **MUNICIPIO DE ALMADA** **Assembleia Municipal**

Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD 1 dos Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, 13 a favor dos Senhores Deputados Municipais da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, e 5 abstenções, sendo 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN.

**6.4.10** – A Saudação Professor Fernando Santana foi aprovada por unanimidade.

**6.4.11** - A Saudação 5º Aniversário – TKM – Universidade Sénior D. Sancho I de Almada foi aprovada por unanimidade.

**6.4.12** – A Deliberação Assembleia Municipal Jovem de Almada foi aprovada por maioria 24 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE, 1 do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN e com 13 votos contra dos Senhores Deputados Municipais da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal.

**6.4.13** – A Saudação Dia Municipal do Bombeiro foi aprovada por unanimidade.

**6.4.14**- A Moção/Deliberação Alienação dos terrenos da Margueira foi aprovada por unanimidade.

**6.4.15** - A Saudação ao piloto Miguel Oliveira foi aprovada por unanimidade.

**6.4.16** - A Moção/Deliberação Contra o Acordo assinado pelo Governo do Partido Socialista em concertação social foi rejeitada por maioria, com 18 votos contra, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal e 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD e 18 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN e 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal do CDS- PP, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usado o voto de qualidade, contra a proposta.

**6.4.17** - A Moção/Deliberação por Trabalho com Direitos foi rejeitada por maioria com 19 votos contra, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 5 dos Senhores Deputados Municipais do PSD e 1 do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP e 18 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais da CDU, incluindo os Senhores Presidentes de Junta pertencentes a este Grupo Municipal, 4 dos Senhores Deputados Municipais do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN.



## MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**6.4.18** – A Moção/Deliberação pela melhoria da mobilidade e acessibilidade ao transporte público foi votada ponto por ponto, sendo os pontos 1, 2, 3 e 5 aprovados por unanimidade e o ponto 4 sido rejeitado por maioria com 19 votos contra, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais do PS, incluindo os Senhores Presidentes da Junta pertencentes a esta Grupo Municipal, 5 do PSD e 1 do CDS-PP e 18 votos a favor, sendo 13 dos Senhores Deputados Municipais da CDU, 4 dos Senhores Deputados do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal do PAN.

**6.4.19** - A Saudação Estudantes do Monte da Caparica são campeões da prevenção Rodoviária foi aprovada por unanimidade.

**6.4.20** - A Saudação Skaters Almadenses Bruno Senra e Tiago Pinto dominam competição foi aprovada por unanimidade.

**6.4.21** - A Saudação Piloto Almadense Sérgio Brás dá cartas na Taça FPAK de Ralis foi aprovada por unanimidade.

**6.4.22** – Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) para apresentar uma declaração de voto oral.

O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fazemos esta declaração de voto, explicitando a nossa posição. Obviamente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista revê-se inteiramente naqueles que eram os pontos um e três, que repudiam a política de imigração que tem vindo a ser levada a cabo pelo Governo dos Estados Unidos, repudiando também as atitudes e a postura que o Governo Italiano, que resulta de uma coligação que podemos até apelidar populista e proto fascista, tem vindo a levar a cabo, saudando aquele que tem sido o papel do Governo Português, também no acolhimento dos refugiados do nosso país, e até com a boa notícia, de que o segundo navio que não foi aceite pelo Governo Italiano, poderia encontrar em Portugal um refúgio. Agora, aquilo que nós não acompanhamos, é esta colagem entre aquilo que é a ação da União Europeia, e a ação dos Estados Membros da União Europeia, porque nos parece que apesar de tudo, é no espaço da União Europeia que estas soluções têm que ser encontradas, é no espaço da União Europeia, que a procura destas soluções está a ser feita. Tivemos hoje até boas notícias, que nos dizem que é possível tentar encontrar soluções que mitiguem este problema, e porque acima de tudo, não acompanhamos um preconceito que nos parece que existe em alguns Partidos do nosso espectro político, relativamente à União Europeia, e às Instâncias Europeias. O Partido Socialista discorda profundamente, daquela que tem sido a orientação da União Europeia ao longo dos últimos anos, e da predominância que os ideais neoliberais têm assumido na condução das políticas europeias. Agora, aquilo que sabemos, é que a



**MUNICIPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

Europa está a melhor, se tiver uma entidade supra nacional, sabemos que Portugal é hoje um país mais desenvolvido do que era há trinta anos atrás, e também sabemos, que não é por nós questionarmos a orientação política que a União Europeia segue neste momento, que questionamos a existência desta entidade supra nacional, e que garante nomeadamente a construção de um espaço político que é aquele em que existe mais prosperidade, provavelmente, da história da humanidade para aqueles que menos têm, e também que é o espaço político, é uma instituição política que tem garantido ao longo dos últimos sessenta anos, aquilo que em nenhuns outros sessenta anos conseguimos na Europa, que é paz. E, portanto, especialmente para minha geração, e o Partido Socialista sendo um Partido profundamente europeísta, reconhecemos o papel da União Europeia, e não acompanhamos o preconceito que está explícito neste ponto dois.”

**7** – Sendo próximo das 00 horas e 40 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Ordinária de abril, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

**8** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Vereador João Couvaneiro, e dos/as Senhores/as Vereadores/as Filipe Pacheco, Rui Carvalheira, Miguel Salvado, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Tiago Galveias e Joana Mortágua.

**9** - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da Ricochete Filmes e de cerca de 40 Senhores Múncipes.

**10** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_  
*[Handwritten signature]*